TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 36ª

(TRIGÉSIMA SEXTA)

SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DISCUTIR A CONCESSÃO DE ALVARÁS ÀS ENTIDADES RELIGIOSAS SITUADAS NO DISTRITO FEDERAL.

DE 28 DE ABRIL DE 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 96, de 25/05/2011, juntamente com a ata sucinta da 36ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 34ª Sessão Ordinária;

– Ata da 35ª Sessão Ordinária;

– Ata da 13ª Sessão Extraordinária;

– Ata da 14ª Sessão Extraordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 305, de 2011, de minha autoria, a sessão ordinária de hoje, 28 de abril de 2011, fica transformada em Comissão Geral para discutir a concessão de alvarás às entidades religiosas situadas no Distrito Federal.

Devo comunicar à Casa também, especialmente aos Deputados que estão nos gabinetes, que, em conversa com o Presidente desta Casa, Deputado Patrício, S.Exa. informou que irá convocar sessão extraordinária logo após esta comissão geral para que possamos discutir o projeto de lei, encaminhado pelo Executivo, que trata do reajuste dos professores do Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa da comissão geral. Vou, inclusive, participar com V.Exa.

Hoje também estou recolhendo assinaturas do lançamento da Frente Parlamentar Evangélica, colhendo várias assinaturas. Queria deixar o registro, antes da transformação da sessão, e também pedir a assinatura de V.Exas.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. a concessão da palavra.

Vejo presentes os funcionários públicos, os especialistas, que também devem merecer de nós um bom debate. Estão no aguardo há algum tempo.

Este é um Governo que, como tem a preocupação com o serviço público, tem com quem o faz. Quem não trata bem — o Deputado Agaciel Maia, gestor há tantos anos, sabe disso —, quem não valoriza o servidor, não valoriza também o serviço público.

Então, esse debate tem a ver com o anúncio do Presidente Chico Vigilante

acerca da votação premente, que merece o projeto dos educadores, dos trabalhadores da educação. É muito importante que o façamos.

Era só isso, Sr. Presidente, que eu queria fazer, registrar neste pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acho importante o registro de V.Exa.

Nós da Câmara Legislativa do Distrito Federal queremos nos solidarizar com os companheiros que estão nas galerias, os especialistas em políticas públicas, e dizer-lhes que não tenham dúvida de que o pleito de vocês terá, tão logo o projeto chegue aqui, o acatamento de toda esta Casa. Será tratado como um projeto do conjunto da sociedade e, portanto, não haverá distinção entre Governo e Oposição.

Suspendo por 5 minutos a nossa comissão geral para que possamos introduzir os convidados ao plenário — os nossos religiosos que estão aqui, pastores, padres, enfim, as pessoas interessadas nesse assunto.

Convido também a galeria a assistir à nossa comissão geral, bem como os Deputados que estão ainda nos gabinetes para se dirigirem ao plenário, porque esse é um debate muito importante que vamos travar no dia de hoje.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria também ser solidária. Nós da Oposição temos feito um trabalho, sim, de convocação dos concursados junto ao Governo. Acredito que esta cidade não tem cor mais, é uma cidade do povo brasiliense.

Especialistas em políticas públicas, contem conosco, com a Oposição. No que vocês precisarem, nós estamos aqui à disposição, como disse o Deputado Chico Vigilante, para aprovarmos o projeto assim que ele chegar a esta Casa.

Muito obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu também, a exemplo do Deputado Chico Leite, quero parabenizar vocês todos do plenário, primeiro, por serem servidores públicos de carreira e entenderem que o especialista em políticas públicas é a profissionalização do serviço público, é o melhor caminho, é o investimento nas pessoas.

Como Diretor-Geral do Senado, tive a oportunidade de fazer o melhor plano de carreira do serviço público do Brasil. Espero que, como Presidente da Comissão

de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, eu venha a contribuir para o aperfeiçoamento e para a motivação de todos vocês.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante 5 minutos para que os convidados entrem aqui no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tendo em vista o número de convidados, eu autorizo os convidados a ficarem juntos com a nossa imprensa. A imprensa vai ficar mais abençoada ainda. Eu também os autorizo a utilizarem a cadeira dos Parlamentares, na medida em que S.Exas. não chegaram ainda.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h31min, a comissão geral é reaberta às 15h45min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a comissão geral.

Tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral destinada a discutir a concessão de alvarás às entidades religiosas situadas no Distrito Federal.

Convido a fazer parte da Mesa o Sr. Presidente da Federação Nacional das Igrejas Cristãs e Secretário do Entorno, Bispo Renato Andrade dos Santos; o Sr. Diretor de Planejamento da Agefis, José Carlos Bezerra; o Revmo. Vigário Episcopal da Arquidiocese de Brasília, Padre Jeová Elias, representando o Administrador Apostólico da Arquidiocese de Brasília, Dom Waldemar Passini Dalbello; o Sr. Presidente do Conselho de Pastores do Distrito Federal, Pastor Josimar Francisco; o Sr. Advogado da Arquidiocese de Brasília, Dr. João Paulo Echeverria; o Sr. Combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Major Andrade; o Sr. Presidente do Ministério do Guará, Pastor Adelino Inácio Sobrinho; o Sr. Presidente do Conselho de Igrejas, Antônio Gonçalves Nascimento; o Sr. Babalorixá do Centro de Tradições Afro-brasileiras – CETRAB, Alexandre Silveira de Souza.

Devo dizer que a iniciativa para realização desta comissão geral foi uma solicitação do nosso companheiro Bispo Renato, o que faço com muito prazer e muita satisfação. Se há uma questão que creio que deva ser debatida e resolvida definitivamente, é esta questão dos alvarás de funcionamento das igrejas.

Sou católico desde que nasci. Ao lado da minha casa, no Setor P Sul — moro na QNP 18, conjunto E, casa 29 —, havia uma igreja evangélica, uma Assembleia de Deus. Era do Pastor Antônio. Ele montou a igreja na própria casa.

Um determinado dia, quando eu cheguei a casa, minha esposa disse: "Chico, vieram aqui uns fiscais para fechar a igreja do Pastor Antônio". É meu vizinho, e eu

fiquei indignado com aquilo. Não deveria ser fechado, porque ele já estava ali morando há muito tempo.

Quando estávamos somente nós, moradores originais da rua, todos conhecidos, ninguém nunca se importou. Quando vieram pessoas de fora e compraram casas ali perto, acharam que a igrejinha incomodava. Diziam que havia barulho, que eles cantavam alto... E realmente eles cantavam, mas eram uns cânticos bonitos, nunca me atrapalharam. Aí eu fui à Administração, pois resolvi advogar em favor dessa causa. Chegando lá fiquei sabendo que havia um abaixo-assinado dos vizinhos. Eu disse: "Quero saber quem são os vizinhos, pois sou o vizinho mais próximo e não assinei o abaixo-assinado. Portanto, quero saber quem são os vizinhos que assinaram o abaixo-assinado para tirar a igreja. Eu moro aqui há tanto tempo e eu nunca vi uma briga, nunca vi um tiro na igreja, nunca vi ninguém levando uma facada, nunca vi nada". Portanto, ela não faz mal a ninguém, pelo contrário, Deputado Agaciel Maia, ela pratica o bem.

Eu acho que precisamos separar essa questão das igrejas, dos templos religiosos, das demais atividades comerciais, até porque igreja não é comércio, não é comércio! Não pode ter o mesmo tratamento. Nós vimos outro dia – estava conversando com um padre aqui no Lago Sul, fui visitar a igreja – a maior confusão dos moradores com o padre porque a igreja tinha sino. E aí era necessário calar o sino da igreja, e até conseguiram calar o sino da igreja. Alguém no mundo, em qualquer canto do mundo, já viu uma igreja católica que não tenha sino? Ele é um instrumento que faz parte da igreja. Talvez o mesmo indivíduo que tentou calar o sino aqui no Lago Sul, quando for a Salvador, se encantará com o sino de Salvador; quando for a Mariana, se encantará com os sinos das igrejas tradicionais de Mariana.

Portanto, eu acho que a intolerância que tem acontecido na nossa cidade é uma coisa que precisa ser combatida pelos cidadãos de bem desta cidade. A mesma intolerância com os templos, com os centros espíritas – sou católico –, tem de ser combatida, pois eles têm todo direito constitucional de existir. Por que fechá-los também? Nós temos que acabar com a intolerância, com as guerras. Acho que cada vez mais devem existir igrejas. Pessoas que estão envolvidas com a igreja, com o trabalho da igreja, não se envolvem com drogas, com violência. Temos, no meu ponto de vista, de dar liberdade total para o funcionamento das igrejas no Distrito Federal. E esta comissão geral, sugerida pelo Bispo Renato e acatada com o maior prazer, Deputado Wasny de Roure, tem exatamente o objetivo de discutir, Deputado Washington Mesquita, a questão dos alvarás das igrejas. Tem de haver a separação, pois comércio é comércio, igreja é igreja. Esse tema não pode ser tratado do mesmo jeito.

É importante termos a Agefis aqui neste momento para que este órgão perceba o posicionamento não só das entidades religiosas que estão aqui, mas também dos Parlamentares. Creio que esse é o mesmo posicionamento do Governo do Distrito Federal, do nosso Governador Agnelo Queiroz, que é cristão, do Vice-

Governador, que também é cristão, são pessoas que acreditam em Deus, e de todos os secretários. Eu nunca vi um secretário do GDF dizendo que não acredita em Deus, nunca vi ninguém dizendo que não acredita em Deus. Portanto, se nós realmente acreditamos em Deus, vamos dar paz e tranquilidade às entidades que representam Deus aqui na Terra para que trabalhem com o mínimo de liberdade. (Palmas.)

Eu quero registrar aqui as presenças do Deputado Washington Mesquita, considere-se integrante da Mesa, Deputado Washington Mesquita; do Deputado Agaciel Maia, também considere-se integrante da Mesa, Deputado Agaciel Maia; da Deputada Celina Leão, considere-se integrante da Mesa; do companheiro Deputado Wasny de Roure, evangélico, considere-se integrante da Mesa também; da Deputada Liliane Roriz, V.Exa. faz parte da nossa Mesa; do Deputado Raad Massouh; do nosso mais jovem Deputado, Deputado Evandro Garla, que foi o primeiro a chegar; e do Deputado Aylton Gomes, que é um católico fervoroso, considere-se integrante da Mesa também.

Eu passo imediatamente a palavra àquele que solicitou este debate, o nosso companheiro Bispo Renato. Eu vou quebrar um pouco aqui a tradição da Casa, Deputados, e vou, por minha conta, fazer uma intercalação na sequência de oradores. Concederei a palavra a um membro da Mesa e a um Deputado. O importante é intercalarmos as falas.

Concedo a palavra ao ex-Deputado Bispo Renato.

BISPO RENATO ANDRADE DOS SANTOS – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V.Exa. o atendimento de nossa solicitação. Cumprimento os demais membros da Mesa em nome do Pastor Antônio Nascimento, para que possamos ganhar tempo. Agradeço também a presença de cada pastor, de cada pastora, de cada representante dos segmentos religiosos que estão aqui nesta tarde, da Igreja Católica, do Sr. Alexandre Silveira de Souza, que está com o seu pessoal. Agradecemos a presença de todos. Cumprimento, de uma maneira especial, o nosso irmão, amigo e diácono Deputado Wasny de Roure.

Nesta segunda-feira haverá uma audiência pública, na qual estarei presente, para tratar da Lei nº 806. Informo aos pastores que não sabem que o Ministério Público arguiu inconstitucionalidade de parte da Lei nº 806. O tema será debatido segunda-feira, por iniciativa do Deputado Wasny de Roure. É importante a participação de todos nesta audiência, pois ela tratará de um assunto que interessa a todos.

Cumprimento também os demais Deputados, meus amigos, o Deputado Raad Massouh, a Deputada Eliana Pedrosa, a Deputada Celina Leão, o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Washington Mesquita, o pastor Deputado Evandro Garla, que está aqui ao lado só observando para ver se está tudo certo, e também o Salin,

Administrador do Cruzeiro, que tem sido um dos trabalhadores ardorosos para resolver a questão dos alvarás de funcionamento dos templos religiosos.

Nesta primeira palavra, Deputado Chico Vigilante, Deputado Wasny de Roure, eu quero dizer que não é justo que aqueles que tanto contribuem – evangélicos, católicos – para a ressocialização sofram, muitas vezes, uma perseguição implacável, ainda que justificável, por parte do Poder Público, que procura limitar o funcionamento dessas instituições.

Eu, Presidente da Federação Nacional das Igrejas Cristãs, e hoje também o nosso Vice-Presidente, Bispo Vitor Paulo, que é Deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, lamentamos profundamente a situação que acontece hoje no Distrito Federal. Embora procuremos desenvolver não apenas os trabalhos evangelísticos, mas também os sociais, somos impedidos. Muitas vezes nos falta esse documento que acham tão importante para o funcionamento dos templos religiosos, e nós também achamos. Apesar de terem feito muitas leis, a maioria delas foi declarada inconstitucional.

Cabe ao Poder Público, cabe ao Estado fazer com que haja um limite para o que pode e o que não pode. Eu acho importante este debate hoje, dentro da Câmara Legislativa, para ouvir especialmente pessoas conhecedoras desse assunto por longos anos, como é o caso do Deputado Wasny de Roure, que acompanha bem de perto tudo o que tem acontecido aqui, o Deputado Washington Mesquita e o Deputado Raad Massouh. Estou falando daqueles com quem tenho tido uma aproximação maior ao longo dos anos. Precisamos encontrar uma solução, pois hoje está difícil. Quando chegamos à administração, há as mesmas exigências para o funcionamento de um bar, as mesmas exigências para o funcionamento de um comércio, e isso faz com que a gente se sinta extremamente constrangido. O que fazemos no dia a dia é tão somente um trabalho de evangelização, de ressocialização, de ajuda às pessoas.

Eu acredito que o Governo Agnelo Queiroz... Fica aqui nosso registro, Deputado Chico Vigilante, que é do Partido dos Trabalhadores, de uma insatisfação. Tivemos o aniversário de Brasília, mas não fomos convidados a participar de absolutamente nada. Eu acho que esse milhão de evangélicos do Distrito Federal merece o respeito de qualquer pessoa que ocupe o governo do Distrito Federal. No momento em que não somos chamados a participar... Eu, hoje, como Secretário do Governo Agnelo, e tantos outros evangélicos, não por sermos evangélicos, mas por representarmos também a participação política, temos de ter pelo menos alguma condição de ajudar o nosso Governo.

Então, fica aqui a minha insatisfação pessoal, a minha insatisfação como Presidente do Conselho de Igreja, em meu nome e em nome do Bispo Vitor Paulo, Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro e Vice-Presidente da nossa Federação Nacional de Igrejas Cristãs.

Mas não apenas isso. Temos quase 4 meses de governo – não falo como membro do Governo do Distrito Federal – e o segmento evangélico, até agora, não foi chamado, em momento algum, para debate no Executivo da questão dos alvarás e da Lei nº 806. O Deputado Wasny de Roure, agora, tomou a frente disso, juntamente conosco, porque é um assunto de todos nós, para que haja a regulamentação.

Acho que não é culpa do Governador Agnelo Queiroz, uma pessoa extremamente sensível e que tem buscado agregação e composição. Acho muito mais, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure: é um grupo de pessoas que se achegam ao Governador Agnelo Queiroz e o tornam inacessível. Isso tem criado uma indisposição muito grande, especialmente no segmento que represento, que é o segmento evangélico do Distrito Federal.

Nenhuma crítica ao Governador Agnelo! Mas uma crítica àqueles que o rodeiam e não entendem a importância que o segmento evangélico representa, historicamente, não apenas no Distrito Federal, mas no Brasil inteiro, em todas as áreas, evangelística, social e educacional. Podemos citar aqui o Colégio Batista, o Mackenzie, a Escola Luterana, a Faculdade Luterana, enfim, tudo o que representamos. Acho que o mínimo que merecemos é um pouco mais de respeito daqueles que compõem o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Queremos, aqui, agradecer a cada um de vocês a presença. A nossa crítica é que hoje poderíamos estar sentados não apenas para discutir, mas para agradecer, porque, nesses 4 meses, já haveria uma legislação que nos garantiria chegar a uma administração regional com o direito de obter o alvará de funcionamento.

Hoje mesmo estive na Coordenadoria das Cidades. Temos ido também às administrações regionais e muitas vezes não nos tratam com o devido respeito, por aquilo que oferecemos, no dia a dia, à sociedade. Nós atuamos como médico, como professor e, ainda, ajudamos na obra social.

Acredito que ajudamos muito mais do que causamos qualquer tipo de entrave ao desenvolvimento de uma cidade.

Muito obrigado.

Um abraço a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência convida novamente, para fazer parte da Mesa, o Diretor de Planejamento da Agefis, Sr. José Carlos Bezerra.

E, seguindo o nosso acordo de intercalar um integrante da Mesa e um Deputado, concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado Raad Massouh, que tem um compromisso e só retornará para a sessão extraordinária.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Boa-tarde a todas e a todos.

Quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante por esta iniciativa e, em nome do Pastor Bispo Renato e do Pastor Josimar, saudar todos os presentes.

Realmente deixei uma reunião que estava acontecendo no meu gabinete por saber da importância desta Comissão, e quero dizer, Deputado Chico Vigilante, que V.Exa. tem meu apoio em qualquer iniciativa, dentro desta Casa, para mudar a situação das igrejas.

Eu queria participar, junto com V.Exa., todos os outros Deputados de algo que fosse definitivo, porque passam-se os anos, temos promessas, muda o governo e isso já cansou! Está na hora de os Deputados Distritais terem pulso firme nessa situação, em nome de todas as igrejas. Sou católico, minha esposa é evangélica, mas acredito que, a partir do momento em que nos tornamos homens públicos, deixamos de ser católicos, evangélicos, espíritas ou de ter um terreiro, porque o espaço é de todos. Temos que trabalhar para que todos vocês sejam contemplados por uma coisa muito importante. Estamos vivendo em um mundo horrível. Ninguém tem coragem de ligar a televisão, porque só se vê pai matando filho, filho matando pai, estupro e assalto.

Deputado Wasny de Roure, tenho certeza absoluta de que voltaremos a viver em um mundo bom no dia em que tivermos mais pessoas comprometidas, como essas que aqui estão. (Palmas.)

Perdoem-me se eu não estiver presente em todas as reuniões, mas participarei de todo o processo. Conte comigo, Deputado Chico Vigilante, para resolver, definitivamente, a história de todas as igrejas católicas, evangélicas, terreiros, espíritas, ou qualquer que seja, porque elas estão trabalhando pelo bem, nunca pelo mal!

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Babalorixá do Cetrab, Sr. Alexandre Silveira de Souza.

SR. ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA – Agradeço, inicialmente, ao Presidente da Mesa, Deputado Chico Vigilante, e, em seu nome, cumprimento todos que compõem esta Mesa e todos que se encontram presentes.

As comunidades tradicionais de terreiro, que compreendem os centros de umbanda, candomblé e demais segmentos de religiões afro-brasileiras, historicamente, vêm sendo perseguidas em todo o território nacional.

Em Brasília, tínhamos a esperança de que poderíamos viver uma situação diferente, por ser a Capital da República e, assim, poder servir como um exemplo, para o restante do Brasil, de respeito à religiosidade. Infelizmente, isso não aconteceu.

O Deputado Raad Massouh incluiu, na Lei nº 806, um único centro espírita de umbanda, que existia na 904 Sul. Esse centro foi derrubado, Deputado. Ele não pôde ser contemplado e foi excluído daquela lei. Como ele, muitos outros foram derrubados. Nós fomos e somos perseguidos constantemente. E, como vivemos em um país multiétnico, multirracial e multirreligioso, em que crescemos de braços dados, independentemente da nossa crença, da nossa fé, acho que não podemos conviver com o exemplo negativo da Capital da República. Acho que deveríamos ser um exemplo para todo o País e mostrar que podemos caminhar todos juntos. Os templos religiosos são simplesmente replicadores de políticas públicas. Eles estão aqui para ajudar o Estado, seja na parte de assistência às crianças e aos idosos, no combate às drogas ou no resgate daquelas pessoas que estão desvirtuadas da sociedade. Então, as religiões são aliadas do Estado, não inimigas.

O Estado deveria ter uma política pública diferenciada, em que os templos religiosos pudessem ter uma rotina simplificada de classificação, de cadastramento e de funcionamento e fazer aquilo a que se destinam, que é auxiliar o Estado e a população e ter o amparo dos seus seguidores.

As comunidades de terreiros têm uma dificuldade muito grande nessa questão, pela informalidade em que muitas vezes vivemos. Nossas casas necessitam estar junto das políticas do Estado e ter o seu funcionamento garantido. Muitas vezes, pela informalidade e pela dificuldade para se regularizar, elas acabem vivendo à margem do que a sociedade determina. Acabamos sendo mais prejudicados.

Tivemos um projeto de lei de regularização de templos religiosos em que não pudemos ser inseridos simplesmente por não termos acesso à terra. Terra essa que é extremamente cara dentro do Distrito Federal. Não é cara somente para moradias, mas também para construção dos templos. Precisamos que o Estado reveja esses critérios, para que todos possam ser contemplados.

Estamos vivendo este ano, de 2011 – isto, inclusive, foi decretado pela ONU –, como a Ano Internacional dos Afrodescendentes. Até agora, não foi feito nada em busca de uma melhoria de condições para esses nossos irmãos.

O dia 25 de maio será o Dia Internacional de Combate ao Tráfico do Navio Negreiro, que aconteceu no Oceano Atlântico. Não se fala em nada disso. E nós sofremos o quê? Perseguições, quando saímos às ruas usando nossos trajes. Quando tentamos colocar as nossas casas para funcionar, as pessoas nos agridem, jogam pedras, invadem o nosso espaço, quebram nossas imagens. Temos um histórico, dentro do Distrito Federal de intolerância, e isso não deve acontecer. Devemos caminhar juntos, porque queremos apenas uma coisa: o bem da nossa comunidade.

Então, acho que, se criarmos uma rotina simplificada na emissão de alvarás para os templos religiosos, diferenciada realmente do comércio... porque o comércio tem um objetivo diferente do nosso. Os templos religiosos estão aqui como braço direito, como aliados do Estado, e não como inimigos. Nós não estamos aqui para

desvirtuar as pessoas, muito pelo contrário, estamos aqui para conduzi-las ao caminho do bem. Então, devemos ter, sim, uma rotina que nos permita funcionar com tranquilidade, sem termos nossas casas lacradas, como acontece. Tivemos 32 centros de umbanda lacrados na Ceilândia em um dia, temos casas na Candangolândia lacradas desde maio do ano passado, há um ano a casa está lacrada sem poder funcionar. Existe a questão do bom senso. Não estamos aqui querendo nada, apenas que tenhamos o nosso espaço garantido e o nosso direito de culto para que possamos ser respeitados pela sociedade e possamos atuar junto a ela em tudo aquilo que podemos: dentro de políticas públicas, sociais, culturais, a fim de ajudar o Estado. Estamos aqui para agregar, construir e ajudar. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso amigo Alexandre. Registro a presença do nosso companheiro, Deputado Olair Francisco, que daqui a pouco irá falar.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Boa tarde, Sr. Presidente. Eu queria inicialmente saudar a todos; aos irmãos, com a paz. Tenho muito orgulho, Deputado Chico Vigilante, ao falar. Eu não sou pastora, mas sou evangélica. E não sou uma Deputada evangélica, sou uma evangélica Deputada. Eu estava brincando ali com o Bispo Renato dizendo que sou ovelha e, como ovelha, acho que há muitas coisas que temos visto no Distrito Federal que podemos melhorar, e muito.

Eu queria começar aqui agradecendo ao Deputado Chico Vigilante pela iniciativa da proposição; ao Bispo Renato, meu amigo; ao Sr. Diretor de Planejamento da Agefis, José Carlos Bezerra; ao Padre Jeová Elias; ao Sr. Presidente do Conselho de Pastores do DF, Pastor Josimar Francisco; ao Dr. João Paulo Echeverria; ao Sr. combatente do Corpo de Bombeiros Militar do DF, Major Andrade; ao Sr. Presidente do Ministério do Guará, Pastor Adalino Inácio Sobrinho, grande amigo nosso também; ao Presidente do Conselho de Igrejas, Antônio Gonçalves; ao Sr. babalorixá do Cetrab, Alexandre Silveira de Souza.

Esta Casa, Sr. Presidente, não pode se curvar diante de um debate tão amplo e tão importante como esse. Até porque as igrejas têm feito um papel social de Estado. Hoje, quantos internos têm sido tratados de doenças químicas, e o Estado não tem condições de acolhê-los? Quantas igrejas, de várias denominações... E aí sem preconceito religioso, pois vivemos em um país laico, e devemos ter visão de reino espiritual. Acho que há uma palavra que está faltando em nossa civilização: chama-se amor, amor de verdade, amor ao próximo. Pois quem ama respeita, quem ama entende as diferenças, e esta Casa não pode se curvar a um debate tão amplo como esse. Temos, Deputado Chico Vigilante, de procurar uma saída para desburocratizar. Eu acredito muito que não há luta perdida, e temos um exemplo disso na questão dos puxadinhos. Os puxadinhos, pelo Ministério Público, era ilegal; foi julgado e a Justiça determinou que é legal. Então, temos de fazer sim, esta Casa

não pode se curvar, temos que fazer uma legislação que garanta um funcionamento rápido, que não fiquemos na mão do administrador ou de um momento político: de ele querer, de ele ir com a cara do pastor ou com a cara do padre para dar aquele alvará. Devemos facilitar, porque a Igreja tem um papel social de várias denominações. (Palmas.)

A Igreja consegue fazer o que nenhum Estado consegue: mudança de caráter. Eu acredito muito nisso porque a minha eleição é prova disso. A minha eleição foi um milagre de Deus. Se eu estou nesta Casa hoje, Deputado Chico Vigilante, é um milagre de Deus. Diante desse milagre, eu não vou me curvar diante de qualquer que seja o desafio para garantir o direito a culto, que é um direito constitucional. Nosso país é laico. Qualquer que seja o culto, a pessoa tem o direito de cultuar. É um direito constitucional. Nós, como parlamentares, não podemos nos curvar de facilitar para que o brasiliense tenha acesso ao culto que ele quiser.

Deputado Chico Vigilante, eu quero parabenizar V.Exa., os companheiros do Copev-DF, Pastor Chancerley, Pastor Josimar, são grandes amigos. A luta política é constante. O Bispo Renato falou e vem acompanhando isso há muito tempo. Não há luta perdida, Bispo Renato, não há. A lei se moderniza todos os dias. O entendimento de um juiz é um, de outro juiz é outro. Eu tenho certeza, Deputado Chico Vigilante, que V.Exa. não irá descansar. Pode contar comigo. Aqui não temos diferenças ideológicas que vão nos separar, porque aqui há um povo que espera nós juntarmos as mãos para trabalharmos. O que nos une é muito maior. Eu creio nisso.

Agradeço a presença de vários Deputados presentes como o Deputado Washington Mesquita, grande representante do segmento católico; Deputado Wasny de Roure, meu irmão em Cristo, também evangélico como eu; Deputado Agaciel Maia; Deputada Liliane Roriz; Deputado Olair Francisco; Deputado Aylton Gomes. Nesta Casa não fazemos nada sozinho. É uma Casa de vários Parlamentares. O que vence aqui é o debate de ideias. Esse debate é um debate progressista, um debate que Brasília merece. Nós vamos dar as mãos aqui e conseguir aprovar uma legislação decente, que dê garantias para que o estabelecimento de vocês não seja fechado, arrombado, violentado na coisa que é a mais íntegra do ser humano: o direito do culto a Deus.

Eu quero agradecer a oportunidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Presidente do Conselho de Igrejas, Sr. Antônio Gonçalves Nascimento.

SR. ANTÔNIO GONÇALVES NASCIMENTO – Deputado Chico Vigilante, Presidente desta Mesa, o Conselho de Igrejas e Pastores Evangélicos do Distrito Federal saúda V.Exa, os demais membros da Mesa na pessoa do Bispo Renato Andrade e todos os deputados que aqui se encontram na pessoa do meu amigo e companheiro Deputado Washington Mesquita.

É uma alegria estarmos aqui hoje mais uma vez para sermos ouvidos e para ouvirmos. Eu acho que, de quase todos aqui, talvez eu seja o pastor mais antigo militante nesta causa no Distrito Federal. Desde 1976, quando não havia política no Distrito Federal, já estávamos trabalhando pela causa evangélica. Depois que veio a política para o Distrito Federal e começamos a provar a democracia usando nosso título — o meu título ficou plastificado muito tempo —, começamos a ter duas situações: a alegria de podermos votar e eleger nossos representantes e a tristeza de uma perseguição que não sei de onde saiu. Essa perseguição se estendeu em nível de implicação mesmo. Eu estava pensando aqui. Um vizinho vai à administração regional. Basta não ir com a cara do pastor ou quem quer que seja e dizer ao administrador ou à administração que aquela igreja está perturbando para que o pastor seja chamado e a igreja seja ameaçada de ser fechada em detrimento de 100, 200, 300, 400, 500 pessoas que estão frequentando ali. Isso não existe!

Eu fiz parte do governo passado, fui nomeado para ser o assessor especial do governador representando a ala evangélica, e o Washington Mesquita foi também assessor, trabalhamos juntos, ele como assessor da ala católica. No governo passado, trabalhamos, cadastramos todas as igrejas que estão em áreas especiais, fui de área em área neste Distrito Federal todo, tenho todo o cadastramento em minhas mãos, o GDF tem. Constatamos a situação de cada uma, as igrejas que estão em áreas residenciais e comerciais. Várias vezes fui à Agefis, à Câmara Distrital discutir situações.

Deputado Chico e demais Deputados, o Deputado Raad Massouh falou uma coisa aqui que precisa ser levada a sério: vamos criar uma lei definitiva para isso. Porque, a partir do momento em que começou essa questão de perseguição, de fiscalização, de ter que ter alvará, essa coisa toda, os pastores não têm sossego. É uma ameaça hoje, vem um Governo, ajeita a coisa aqui, vai levando, vai levando, vai levando até o final — e tenho que reconhecer que no Governo passado a coisa andou muito, porque hoje nós temos um cadastramento, temos uma lei. Agora é preciso que esta Câmara Distrital recém-eleita tome isso nas mãos para que o religioso no Distrito Federal, aquele que impetra a benção de Deus neste Distrito Federal, tenha sossego, principalmente os pastores.

Estou encerrando a minha fala. Não tem coisa mais difícil no mundo do que ver um pastor olhando um trator passando por cima da igreja dele. A minha igreja foi lacrada. Uma irmã me ligou e disse: "Pastor, corre aqui que os fiscais acabaram de lacrar a igreja". E os fiscais são amáveis, normalmente eles lacram na sexta-feira à tarde para que no sábado e no domingo não tenha culto. Eles são amáveis. (Palmas.) Eles não lacram na segunda. Era uma sexta-feira à tarde. Foi uma luta. Liguei para o fiscal que esteve lá, ele disse: "Só segunda-feira". Eu falei: "Mas tenho culto no domingo, o pessoal vem para cá". "Só segunda-feira. O senhor compareça na Agefis só segunda-feira". Eu fui lá e abri a igreja e tivemos o culto. "Se o senhor

abrir, o senhor vai ser preso, a polícia vai aí, e vai ser preso". Eu falei: "Pois então pode mandar a viatura, eu vou abrir". E abri. (Palmas.)

Isso não para. Agora é preciso que haja realmente um mecanismo, uma lei — não sei se essa, que tem alguns pontos inconstitucionais; não é problema nosso, é problema dos senhores, Deputados. Nós estamos orando por vocês, nós estamos abençoando vocês. Deus está nesse negócio.

Quando eu vi um trator passando por cima de uma igreja, aquela famosa igreja derrubada do Riacho Fundo... O Secretário de Governo me chamou e disse: "Nascimento, toma conta daquilo lá. O trator está acabando de derrubar. Está um negócio sério". Quando eu chego lá, o trator acabando de passar por cima dos banheiros, aquelas mulheres, aquelas senhoras idosas choravam, desmaiavam, o pastor sem saber o que fazer, pedaço de louça, de instrumento, passou por cima de tudo. Eu tive que chegar e dizer pro chefe da fiscalização: "O senhor pare agora". Mas parar como, já tinha acabado? Não tem uma cena mais triste do que esta. É claro que agora, com luta, com oração, o pastor está lá com a outra igreja. Nós ajudamos, trabalhamos, está lá com outra igreja. Mas não tem coisa pior do que um pastor ver uma igreja lacrada – seja um pastor, seja qualquer líder religioso – ou derrubada ou ameaçada: "O trator está aqui para derrubar". Vamos ver se a gente para com isso!

Nós estamos confiando neste Governo e nesta Câmara, nos Srs. Deputados e Sras. Deputadas para que isso não aconteça mais no Distrito Federal. Por que só aqui tem essa pressão toda? E vou dizer mais: esperamos a partir de hoje que Deus ilumine os senhores e as senhoras, ilumine o Governador, ilumine os demais órgãos do Governo, para que deixem a Igreja trabalhar. E quero reforçar o que o Bispo Renato disse, Deputado Chico Vigilante e demais Deputados, e que chegue aos ouvidos do Sr. Governador: que não deixem acontecer mais o que aconteceu nos 51 anos de Brasília. O povo evangélico tem uma missão aqui nesta cidade, e ela não pode ser cerceada. Um presidente de conselho foi falar com Subsecretário da Cultura, e ele disse que evangélico não é melhor do que ninguém; se quisesse, que ficasse como os demais. Os demais que ele disse são todos. Acho que quem ministra a palavra de Deus sobre o povo não é como os demais. Ele lida com o mundo espiritual. (Palmas.) E se não tem mais violência nesta cidade, se não tem mais prostituição e crimes e outras coisas do gênero nesta cidade, é porque esse povo está trabalhando no sentido espiritual, mas está trabalhando no sentido social. Saímos com a nossa gasolina, com o nosso carro, com o nosso povo, debaixo de chuva, debaixo de sol, buscando bêbados, buscando prostitutas, correndo riscos, trazendo para a igreja, orando por eles, sem que o Governo tome conhecimento. (Palmas.)

Ajudem-nos, porque nós vamos ajudar os senhores e as senhoras, e, com um ajudando o outro, a mão de Deus que está sobre todos nós garantirá a nossa vitória.

Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sr. Antônio Gonçalves Nascimento, pode ter certeza absoluta de que nós estamos engajados nesta luta, todos juntos.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, pelo qual tenho profundo carinho e respeito, principalmente por sua atuação parlamentar em defesa da sociedade de Brasília; Exmo. Sr. Bispo Renato Andrade dos Santos, que desenvolveu um trabalho relevante de bastante peculiaridade nesta Casa, também em prol do seguimento evangélico e da sociedade de Brasília; Sr. Diretor de Planejamento da Agefis, José Carlos Bezerra; Reverendíssimo Sr. Vigário Episcopal da Arquidiocese de Brasília, Padre Jeová Elias, pelo qual, também, referendo o meu profundo respeito, carinho e admiração; Sr. Presidente do Conselho de Pastores de Distrito Federal – COPEV/DF, Pastor Josimar Francisco — e aqui cumprimento, também, o Pastor Chancerley, meu amigo particular; Sr. advogado da Arquidiocese de Brasília, Dr. João Paulo Echeverria; Sr. combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Major Andrade; Sr. Presidente do Ministério do Guará, Pastor Adalino Inácio Sobrinho; Sr. Presidente do Conselho de Igrejas, Antônio Gonçalves Nascimento, com o qual tive a honra de, durante 3 anos, dividir o mesmo espaço na Secretaria de Governo, no Centro Administrativo do Governo do Distrito Federal, o senhor bem representando e honrando o seguimento evangélico, e eu, também dentro da missão que Deus me permitiu e que o senhor me conferiu, como Assessor Católico do Governo do Distrito Federal, fazendo a interlocução entre o Estado e a Igreja, entre a Igreja e o Estado; Sr. Babalorixá do Cetrab, Alexandre Silveira de Souza; senhoras e senhores aqui presentes, sou de batismo, de crença, de crisma, católico apostólico romano, batizado e crismado na Santa Igreja do Senhor, devoto e consagrado da Santa Mãe de Deus. Não sei se sou digno, não sei se sou merecedor, Deputado Chico Vigilante, acho que é mais misericórdia e bondade do Senhor por ter uma religião, por ter um ensinamento, por ter uma diretriz, por ter um caminho a seguir.

Também sou Ministro Extraordinário da Sagrada Comunhão Eucarística, já há 8 anos, na Paróquia de São Pedro, Taguatinga Sul. Sou Vicentino também há 6 anos, faço parte do Encontro de Casais com Cristo há 16 anos, mas, há 12 anos – especificamente no 13º ano –, Deus me concede a graça de pertencer, de fazer parte, de ser o coordenador – hoje estou como membro coordenador com meu chefe de gabinete Carlos Jales – do maior evento cristão paroquial do mundo: a Semana de Pentecostes, que se dá em Brasília. Essa responsabilidade foi concedida a um homem simples, humilde, vindo do interior do Ceará, município de Nova Russas: Padre Moacir Anastácio, um grande guerreiro, um grande servo da vinha do Senhor, um homem que, com destemor e sem medir esforço nenhum, tem trabalhado pelo Reino de Deus, pelo anúncio da palavra, pela restauração das famílias, para que

lares sejam reconstruídos, para que pessoas e jovens, principalmente, sejam tirados das mãos dos traficantes, para que pessoas possam encontrar o reto caminho da salvação.

Agora eu perguntaria aos Srs. e Sras. Parlamentares presentes – os quais cumprimento –, minha amiga, Deputada Celina Leão; Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure; minha amiga, Liliane Roriz; Deputado Olair Francisco; Deputado Evandro Garla; Deputado Agaciel Maia: é justo, é merecedor que um templo religioso, seja ele espírita, evangélico ou católico, receba, em sua porta, um fiscal, o Poder Público – na maioria das vezes, constituído pelas representações religiosas, seja católica, seja evangélica – e seja derrubado sem uma notificação? É justo? É justo o que aconteceu no dia 13 de abril, com todo o respeito que tenho à Agefis, órgão importante da Capital da República, que estava ali cumprindo o seu papel? Era justo que a Capela Santa Bakhita fosse demolida no Condomínio Sol Nascente pelo fato de não ser uma área regularizada? Então, não teriam de derrubar só a capela, teriam de derrubar todo o condomínio, pedir licença a todos os moradores e derrubar todo o condomínio.

Ali é a Casa de Deus, é um templo religioso, ali já havia um presbitério, onde o ministro ordenado, ungido e consagrado tinha a responsabilidade de anunciar, denunciar, celebrar, consagrar as espécies eucarísticas naquele altar que já estava ali montado. E o que mais entristeceu meu coração, Deputado Chico Vigilante, foi ver a cruz de Jesus Cristo, quando acabamos de vivenciar a Semana Santa, com a qual Ele teve um caminho, pelo seu martírio, por amor a mim, a cada um de nós, onde Ele se entrega por amor à humanidade, abre os caminhos do céu, essa mesma cruz que não é para ser adorada, é para ser respeitada e reverenciada, e para que eu olhe a cada dia, a cada momento, e tenha a plena consciência de que sou um miserável pecador, de que não sou nada e de que devo ser obediente a sua lei e sua doutrina, de que, acima de tudo, devo, aqui neste mundo, neste Parlamento, nesta Casa do Povo, defender o Reino de Deus; aquela mesma cruz foi quebrada no meio dos escombros. Aquilo entristeceu profundamente o meu coração porque, naquele local, onde há uma incidência muito grande de criminalidade, tráfico de drogas, havia 150 famílias todos os domingos participando da celebração eucarística. Ali nós tínhamos, todos os sábados, mais de 80 jovens recebendo a catequese.

No momento em que V.Exa., junto com o Bispo Renato, traz para esta Casa este debate, é da mais alta importância pelo que nosso País está vivendo, pelo que acabou de acontecer no Rio de Janeiro. Nós podemos pegar pedras e jogar sobre aquele jovem? De maneira nenhuma. O que eu mais fiz como cristão, como pai, como chefe de família, como cidadão, foi rezar, pedir a misericórdia de Deus e interceder por ele, porque, se ele tivesse direcionamento, o acompanhamento de um padre, de um pastor, de uma entidade religiosa séria e comprometida com a verdade, com o anúncio da palavra, jamais aquele massacre teria acontecido. Vamos ver a história dele, o que ele passou no seio familiar, se houve desagregação

familiar... Ele teve essa formação? Existe formação religiosa no nosso País? Existe formação religiosa na Capital da República? E, quando eu digo formação religiosa, não é que o aluno tenha de ser católico ou evangélico, não. A Constituição brasileira dá o livre direito de liberdade de expressão e de escolha.

Neste momento, nós temos de parar para refletir, porque o momento é crucial, o momento é triste. Nós saímos de casa e não sabemos se vamos voltar. E é aí que entra o papel fundamental dos pastores, dos religiosos, dos sacerdotes, da Igreja Católica, da Igreja Evangélica e das outras denominações que têm esse compromisso de evangelizar, de doutrinar, para que possamos mudar a realidade não só do nosso País, mas principalmente da Capital da República. Brasília foi e sempre será a Capital do Espírito Santo. É o grande sonho de Dom Bosco. É a grande revelação que Dom Bosco recebeu.

Então, neste momento, Deputado Chico Vigilante, eu estou de pleno acordo, sou defensor de que exista uma lei específica para a concessão dos alvarás de funcionamento dos templos religiosos. É um papel do Estado, sim, em primeiro lugar, mas é um papel desta Casa Legislativa. Eu tenho certeza de que, quando este projeto for apresentado aqui, os 24 Parlamentares, que são cristãos, são pessoas sérias, são pessoas dignas, são pessoas honradas, são pessoas que defendem a família, que defendem a vida desde a sua concepção até a sua morte natural, não se furtarão em analisar, em encaminhar, e, principalmente, aprovar.

Pastor Antônio Nascimento, eu gostaria, se o senhor pudesse, que me agraciasse com a relação de todas essas áreas demarcadas, porque nós fizemos um trabalho em conjunto, mas eu quero reconhecer o seu empenho. O meu desempenho foi de apenas 10%, enquanto o do senhor foi de 90%. O senhor fez por mim, fez por todos nós, fez pela Igreja Católica, fez pelos evangélicos e sempre teve um profundo respeito pela nossa religião, como eu tenho um profundo respeito pela religião que V.Exa. representa com tão grande afinco. Até porque 90% da minha família é evangélica. E religião é para que a gente venha a se odiar? Religião é para separar? Religião é para nos unir! É para nos dar uma formação, dar um caráter, uma dignidade, dar um direcionamento.

Finalizando, Deputado Chico Vigilante, conte com o meu apoio, conte com o meu voto. É de extrema relevância e importância este momento, este debate, mas, como bem falou o Deputado Raad Massouh, que não fique só nesta Comissão Geral, que não fique só neste debate. O senhor, como um dos líderes deste Governo, e o Governador Agnelo, como cristão, também têm esse compromisso, porque foram os católicos, foram os evangélicos, foram os espíritas que o colocaram no Governo do Distrito Federal. Então, ele deve esse retorno para a sociedade em si.

Eu queria solicitar a V.Exa. e ao Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, que mais nenhum templo religioso seja derrubado na Capital do Espírito Santo, na Capital da República, porque aqueles que ousarem derrubar um templo religioso,

aqueles que ousarem derrubar uma igreja, qualquer que seja a sua denominação, um dia prestarão contas com Jesus Cristo. E o tempo de corrigir é agora. Nós temos de derrubar e perseguir é a casa dos traficantes, os prostíbulos. São os locais onde não existe a adoração perpétua e onde a palavra de Deus não é respeitada e não é anunciada.

Então, mais uma vez, os meus parabéns! Que Deus abençoe a todos. E podem contar com o Washington Mesquita.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Washington Mesquita, obrigado.

Neste momento, concedo a palavra ao Pastor Adalino Inácio Sobrinho.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

SR. ADALINO INÁCIO SOBRINHO – Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, Presidente desta Mesa; nosso amigo, Secretário Bispo Renato; Sras. e Srs. presentes aqui, nós estamos falando em religiões, e a Bíblia Sagrada é o manual de quase todas as religiões. A Bíblia diz assim: "Feliz a nação cujo Deus é o Senhor". Eu tenho viajado a alguns países do mundo, eu posso dizer que conheço os problemas que o mundo enfrenta hoje quase na sua totalidade, mas o nosso país e a nossa cidade são privilegiados. Parece que Deus separou o Brasil do mundo e aquilo que não deu para os outros deu para nós. Nós temos tudo. O melhor povo que eu já vi na Terra é o povo brasileiro. Perdoem-me as outras nações presentes aqui, mas eu nunca vi igual: povo fácil de lidar, o povo amigo, amável. Porque, em algumas nações a que eu cheguei, há muita discriminação, mas aqui não. Então, nós temos tudo para ter uma nação abençoada, um povo abençoado.

Sou um pastor evangélico, mas não quero exclusividade, porque todo cidadão deve ter o direito de escolher a quem servir. Deus nos dá esse direito de escolher a quem servir, e devemos ser respeitados na nossa escolha; muitas vezes pode ser até errada, mas temos que ser respeitados.

E nós não queremos aqui, neste plenário, pedir as benesses do Estado, do Governo, não queremos ser exclusivos; nós queremos ser tratados como cidadãos que somos, como todas as religiões, todas as entidades, que merecem respeito.

Como já foi dito aqui, é muito triste ver um templo ser lacrado, seja qual for a religião. Ser derrubado um templo que foi construído com sacrifício – e estou dizendo agora como pastor de uma igreja evangélica, porque nós não recebemos do Estado patrocínio nenhum, não temos! Pelo menos o Ministério do Guará não tem. Tudo é construído com dízimos e ofertas voluntárias, de empregadas domésticas, pedreiros, trabalhadores que, muitas vezes, com muita dificuldade, honrando a Deus, dão as suas ofertas para construir um templo – que não tem aquele apogeu – para congregar o povo. No entanto, por motivo de uma lei criada, que deveria proteger o

cidadão, e muitas vezes não protege, passa por cima, destrói, acaba com tudo aquilo.

As igrejas de um modo geral, os templos, o povo religioso de um modo geral, são parceiros do Estado, nós somos parceiros. Nós temos uma vantagem sobre o Estado, e eu posso dizer porque fui funcionário público durante 30 anos e posso dizer de cátedra: aquilo que o Estado não consegue fazer o nosso Deus tem feito. (Palmas.)

Vejo o Estado gastando milhões e milhões. E para minha tristeza, hoje vi uma reportagem dizendo que estão sendo construídos novos presídios, para congregar ali presos os delinquentes. Meus amados amigos aqui presentes, se esse dinheiro que está sendo investido na construção de presídios e de reformatórios – que não reformam, não mudam o caráter, não mudam a pessoa – tivesse sendo usado para nos ajudar na recuperação do homem, do cidadão, o governo ganharia muito mais com isso. Mas, infelizmente, nós, que somos parceiros do Estado, muitas vezes, não somos tratados como tal, somos discriminados.

Então, nosso apelo, como ministro de Deus, como representante aqui em Brasília de mais de 300 igrejas, o Ministério do Guará. Estávamos falando em fundação, e o Ministério do Guará foi fundado em 19 de novembro de 1956, antes de ser fundada a Capital da República, Brasília. E nós estamos enfrentando, ao longo desses anos, repetidas vezes nós tivemos nesta Casa, e, hoje, louvo a Deus pelos Deputados que nós temos, que estão abrindo as portas para que a gente tenha uma sessão como essa para discutir – e no passado, nem isso tínhamos! Não tínhamos direito algum! Mas louvo a Deus porque as portas se abriram, hoje nós podemos estar aqui, na Câmara Legislativa, defendendo as nossas questões.

Então, peço aos senhores, que foram eleitos pelo povo, com nossos votos, senhores representantes do povo, Deus os colocou, Deus os nomeou para que vocês sejam representantes do povo, que façam leis para o bem do povo, porque vocês pertencem à sociedade também.

Eu gostaria de dizer também que sou policial da reserva, por 30 anos fui policial da ativa e, muitas vezes, a lei em si mata, e muitas vezes destrói. Mas existe um mandamento acima da lei, e a Bíblia sagrada fala sobre ele, que é o amor. O amor tudo constrói. Com o amor, tudo é possível.

Então, quero pedir aos fiscais. Eu conheço, eu sei que vocês estão obedecendo à lei, assim como eu obedecia. Mas, muitas vezes, eu usei o bom senso. Muitas vezes, porque um pai de família que, dirigindo o seu veículo, esqueceu o seu documento — a carteira de motorista — em casa poderia ser detido, ser preso ali. Mas eu falo em público aqui que, muitas vezes, eu usei o bom senso. Eu iria atrapalhar uma família, um cidadão trabalhador honesto só por causa de um esquecimento.

Então, para nós, que fazemos as leis, que usamos as leis e que as praticamos, existe a lei maior, que é a lei do amor, a lei do bom senso.

Muitas vezes, quando, por causa de uma lei — desculpem-me —, deveria se proteger, não se protege e muitas vezes se destrói algo, passa-se, muitas vezes por causa de uma pessoa, a destruir, a abafar a voz de muitas outras.

Então, eu quero pedir aos senhores Deputados que olhem com carinho essa questão dos alvarás das igrejas. Sabe por que eu estou falando isso? Eu estou há mais de ano tentar tirar o alvará. Eu estou lutando há mais de ano para tirá-lo, mas a burocracia criada não permite. Não é que eu não queira, não. Eu quero cumprir a lei, só que eu estou sendo impedido de cumpri-la, e essa lei que me impede de cumpri-la me prejudica.

Então, eu peço aos senhores, a todos os presentes... Seria muito bom que todos os departamentos de Estado tivessem seus representantes aqui, porque as leis são feitas para o bem do povo, do cidadão, não para destruí-lo, não para acabar muitas vezes com sua esperança, com seus projetos.

Eu peço as bênçãos de Deus sobre esta Casa. Eu tenho a esperança de que esta Legislatura vai ser diferente. Nós conseguiremos aquilo que há anos estamos tentando conseguir, debatendo, e não conseguimos ainda. Mas eu tenho a esperança de que, com esta Legislatura, nós iremos chegar lá.

Que Deus abençoe cada um dos senhores Deputados, as autoridades civis, militares e eclesiásticas aqui presentes. Eu quero, em nome do Ministério do Guará, que o nosso Governador saiba — tomara que ele tome conhecimento — que pode contar conosco como cidadãos, e que nós, como servos de Deus, estamos orando por todos os senhores, por toda esta Nação, por toda esta cidade. Que Deus os abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Pastor Adalino. Realmente, V.Sa. é um homem bastante respeitado e reconhecido, não só pela sua liderança na Assembleia de Deus, mas no meio de todo o povo evangélico.

Gostaria de, nesta oportunidade, convidar o Deputado Agaciel Maia para fazer uso da palavra.

Eu pediria, com todo respeito ao Deputado Agaciel Maia e a todos os demais que irão fazer uso da palavra, que fôssemos mais objetivos para que tivéssemos oportunidade de ouvir o maior número possível de Parlamentares e representantes dos mais diferentes segmentos religiosos aqui presentes neste evento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sras. e Srs. Parlamentares, Bispo Renato — em nome de quem quero cumprimentar toda a Mesa —, meus colegas, Deputada Liliane Roriz, Deputada Celina Leão, Deputado Olair Francisco, Deputado Washington Mesquita, meus amigos, o Poder Público é o poder transformador. E o Pastor Adalino, quando mencionou a construção de presídio... O governo que não constrói

escola tem que construir presídio. O Poder Público de Brasília tem sido paradoxal. À noite, há reuniões de marginais, sessões de drogas, e o Poder Público não aparece, mas, no outro dia, ele aparece para derrubar igreja. Isso é necessário mudar. Eu sou servidor público do Senado há 34 anos, conheço a história. Estamos hoje nessa sessão por uma decisão política do ex-presidente Juscelino Kubitschek de fazer Brasília. Se o Poder Público quiser e decidir pela regularização de todos os templos de Brasília, ele faz e faz rápido. Também é paradoxal, Bispo Renato, setores habitacionais tipo o Noroeste e outros de alta renda, em um estalo de dedos, serem regularizados, serem construídos. E, às vezes, uma igreja está aqui desde o início de Brasília...

Sou católico e reconheço a importância da fé, porque o meu pai dizia: "Meu filho, a vida é como uma canoa, tem que ter dois remos: um material, que é o necessário, é o salário, é a feira que você necessita; e o outro remo é o espiritual. Se você tiver só um, você vai ficar rodando." Brasília precisa – e essa Câmara Distrital tem essa oportunidade, seja com o combativo Deputado Chico Vigilante, seja com a fidalguia do nosso Presidente da sessão hoje, Deputado Wasny de Roure – empenhar-se para decidir essa situação. Isso não pode ficar, a cada eleição, sendo uma moeda de troca de apoio político. O que nós assistimos em Brasília é porque muitas decisões não são políticas, porque querem escravizar determinados segmentos da sociedade, para que, a cada eleição, essas pessoas se ajoelhem aos pés desses novos pleiteantes.

Eu sou da base, apoiei desde o início o Governador Agnelo e tenho muita fé nele. É um homem médico, acostumado a viver com as classes menos favorecidas. Por isso, acredito muito que ele tenha essa sensibilidade.

Vendo essa parte social, há alguns burocratas do Governo que, como falou um dos nossos componentes da Mesa, não têm sensibilidade nenhuma, são do tipo que diz: "Você é evangélico, mas por quê? Você tem que se submeter a todos os procedimentos ou a procedimentos a mais do que outro." É porque não reconhecem a função social que tem a igreja.

Quando você chega à noite em determinados locais na periferia de Brasília — e eu estou em Brasília desde que ela tinha 14 anos de idade — que têm um templo funcionando, a alegria daquelas pessoas que moram ali se resume em, depois de voltar do trabalho sofrido e, às vezes, mal remunerado – às vezes, passando 3, 4, 5 horas dentro de um ônibus cheio em um engarrafamento, perdendo 3, 4, 5 horas do seu dia dentro desse transporte público de Brasília, caótico —, chegar em casa, tomar um banho e ir para a igreja.

As autoridades de Brasília precisam ter essa sensibilidade, porque o político é eleito para melhorar a qualidade de vida da população. Estamos com muita fé, pastor Adalino, de que o Governador tem essa sensibilidade. O Governo, quando decide e quer, tem força de resolver.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Convido para fazer uso da palavra o Sr. Combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Major Andrade.

Após a fala do Major Andrade, ouviremos a Deputada Liliane Roriz.

MAJOR ANDRADE – Boa-tarde, Deputado Wasny de Roure e todos os componentes da Mesa. Eu não sabia que eu ia fazer parte da composição da Mesa, eu não vim preparado para isso. Sou um técnico. Farei três pronunciamentos. Primeiro, como cristão.

Sou cristão desde criança, mas saí da igreja, porque sofri uma tentativa de abuso por um pedófilo. Então, saí da igreja e me tornei ateu.

Depois de eu muito penar, Deus mostrou para mim que quem errou foi aquele homem e não Ele. E eu voltei de joelhos para a Igreja.

Agora eu vou falar como técnico. Na década de 70, houve dois grandes incêndios em São Paulo, o do Edifício Joelma e o do Edifício Andraus, e eles mataram dezenas de pessoas. Isso aconteceu porque as saídas de emergência não estavam dimensionadas, não havia sistemas de proteção contra incêndios. Então, começou-se a legislar sobre os sistemas de incêndios. Em 1988, o art. 5º da Constituição regulamenta que o Corpo de Bombeiros tem o dever da prevenção.

Vamos partir agora para o âmbito das igrejas. As igrejas, do ponto de vista técnico do Corpo de Bombeiros, são como auditórios, são como teatros, são como cinemas, são locais de concentração de público. Para nós do Corpo de Bombeiros não há distinção. Eu ministro aulas de prevenção de incêndio no Corpo de Bombeiro, especialização, e eu costumo falar que o meu cliente é o protestante e a prostituta. Eu não posso distinguir uma vida da outra, não existe vida melhor do que a outra, nem do protestante mais puro ou mais fervoroso, nem da prostituta mais devassa. É a mesma vida, vida que o Corpo de Bombeiros tem de proteger.

Então, dentro dessa delimitação de concentração de público, onde as igrejas estão amparadas pela legislação do Corpo de Bombeiros, quanto maior a área, maiores os sistemas exigidos. Por exemplo, aqui os senhores podem ver no teto o sistema de *sprinkler;* ali há sinalização das saídas de emergência em verde, as plaquinhas; há extintor de incêndio ali e ali; aqui, um sinalizador manual. Então, a igreja, se tiver esse porte... Por exemplo, a Igreja Universal da Quadra 212 tem todos esses sistemas. Quanto maior a igreja, maiores as exigências.

Como a Deputada Celina Leão falou, o Estado é laico. Então, eu não posso fazer distinção em minha obrigação no Corpo de Bombeiros.

Sobre o cuidado, eu aprendi isso: meu Deus, Jesus Cristo, não vai fazer o que está dentro da minha possibilidade fazer. Ele vai fazer o que não está ao meu

alcance. Ele vai prover o que não está ao meu alcance. O que eu devo fazer tenho que fazer por obrigação. Era isso o que eu tinha que falar como técnico.

Dentro da liberação de alvará, o Corpo de Bombeiros olha, preponderantemente, as saídas de emergência e a lotação máxima. Antes da queda do telhado da Igreja Renascer, em São Paulo, se não me engano, os alvarás eram liberados. Depois desse fato, o governo se concentrou e decidiu: "Não, vamos ter que liberar alvarás para as igrejas". Então, o Corpo de Bombeiros se atém, principalmente, às saídas de emergência e à lotação máxima para as igrejas. Alguns sistemas ou outros são exigidos a mais conforme a área é aumentada.

Falei como cristão, falei como técnico e, agora, vou falar como cidadão. Eu peço aos senhores Deputados e aos senhores líderes espirituais de qualquer religião que se preocupem, também, com a proteção física dos seus seguidores.

Era só isso que eu tinha para dizer. Obrigado. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Agradeço ao nosso combatente, o companheiro Major Andrade. Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz, ao tempo em que registro, com muita satisfação, a presença da Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Boa-tarde a todos vocês da galeria e a todos os que estão no plenário. É uma grande satisfação estar participando desta comissão geral para discutir a concessão de alvarás às entidades religiosas do Distrito Federal.

Quero parabenizar o Sr. Vice-Presidente da Comissão de Segurança da Câmara Legislativa, Deputado Chico Vigilante; o Sr. Presidente da Federação Nacional das Igrejas Cristãs, Bispo Renato Andrade dos Santos; o Sr. Diretor de Planejamento da Agefis, José Carlos Bezerra; o Reverendíssimo Sr. Vigário Episcopal da Arquidiocese de Brasília, Padre Jeová Elias, representando o Administrador Apostólico da Arquidiocese de Brasília, Dom Waldemar Passini Dalbello; o Sr. Presidente do Conselho de Pastores do Distrito Federal – Copev/DF, Pastor Josimar Francisco; o Sr. Advogado da Arquidiocese de Brasília, Dr. João Paulo Echeverria; o Sr. Combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Major Andrade; o Sr. Presidente do Ministério do Guará, Pastor Adalino Inácio Sobrinho; o Sr. Presidente do Conselho de Igrejas, Antônio Gonçalves Nascimento, e o Sr. Babalorixá do Cetrab, Alexandre Silveira de Souza.

Sob a profecia de Dom Bosco, aqui nesta terra iria jorrar leite e mel. Nós temos uma grande missão no Distrito Federal, na Capital do nosso país, a de diminuir o sofrimento do nosso povo. É bem certo, Deputado Chico Vigilante, que todas as pessoas, sejam ou não pertencentes a governos, a igrejas, a ONGs, ao que for, têm que estar preocupadas com a melhoria da vida do nosso povo. Nunca

entendi a derrubada de uma igreja. Eu fico pensando: "Será que se precisa de alvará para entrar para o céu?" (Palmas.)

Venho de uma família cristã — vocês sabem disso. É histórica na minha família a preocupação com a parte religiosa do ser humano.

Nós sabemos que no Distrito Federal existem mais de 20 mil entidades religiosas, entre evangélicas, centros de umbanda, de candomblé, paróquias, igrejas católicas. Há uma razão muito simples para isso: estamos na Capital Federal, para onde o povo vem de todos os lugares do nosso País, procurando, querendo morar na Capital, porque sabe que aqui é uma cidade próspera, e que vai prosperar cada vez mais.

Mais do que tudo, Deputado Chico Vigilante, o ser humano precisa de religião. Hoje, atravessamos, com perplexidade, tantas desgraças, tantas desarmonias nas famílias. E a igreja e a família são o que sustenta as pessoas. Sem Deus, sem religião ninguém chega a lugar algum. Sem fé não há como, e todos nós aqui sabemos disso. Todos os nossos sonhos passam pela nossa fé.

Digo isso sempre porque na minha casa escuto todos os dias: "Se Deus permitir". Se for da vontade de Deus, eu vou chegar aonde eu quiser. Mas se for da vontade de Deus. E Deus ri no céu quando nós fazemos planos. E hoje eu estar aqui é pela vontade de Deus. Ele sabe, entende meu coração.

Sou filha de um homem que foi quatro vezes Governador desta cidade. Carrego uma responsabilidade muito grande, pois ele governou para os mais pobres, para os mais desfavorecidos. É difícil viver na sombra de um homem tão forte, tão determinado como Joaquim Roriz. Ele permitiu que muitos templos — católicos ou evangélicos, que sejam — pudessem ser erguidos na nossa Capital, porque sabe que o povo precisa de espiritualidade. Ele dizia uma coisa que vou repetir para vocês: onde há oração, onde há religião — nós já falamos aqui —, não há bebida, não há crime, não há desamor. Por isso não entendo o fato de uma igreja ser demolida, ser derrubada. Quantas famílias são desagregadas por falta de religião? Como a nossa vida é muito difícil, nosso dia a dia é muito difícil, nós que somos privilegiados, quiçá das pessoas que são pobres, que não tiveram oportunidade na vida? Como elas precisam de Deus, como elas precisam de bênção.

Eu tenho a certeza, Deputado Chico Vigilante, de que V.Exa., católico como é, vai levar isso ao Governador Agnelo. Com a luz que V.Exa. tem, com a vontade de V.Exa. de que o nosso povo fique feliz, tenho certeza de que V.Exa. vai quebrar o coração dele, vai fazê-lo entender que os alvarás têm de existir, que são legítimos. As igrejas, os nossos templos têm de ter os alvarás para que o nosso povo viva em paz. Podemos ter tudo na vida, mas se não tivermos paz o coração...

E as nossas famílias estão se perdendo cada dia mais. Todos precisam de religião, seja a classe "a", seja a classe "b", seja a classe "c", todos precisam de fé, todos precisam de proteção divina. As tragédias, as coisas absurdas que vemos na

televisão são forças do mal. Há um pensamento ruim que está querendo entrar em nossas famílias para destruí-las. Por isso nós precisamos de muita oração.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui perto de vocês. Que Deus abençoe a todos nós. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra ao Dr. João Paulo Echeverria, Advogado da Arquidiocese de Brasília.

SR. JOÃO PAULO ECHEVERRIA – Primeiramente, boa-tarde. Eu queria saudar a todos, em especial o Presidente desta comissão, Deputado Chico Vigilante, que inicia um debate importante, e também o Deputado Wasny de Roure, que dará sequência a este debate na próxima semana quando tratará da Lei nº 806.

Na qualidade de advogado, eu vejo as questões de forma extremamente entrelaçadas aqui no Distrito Federal, uma vez que... E aí eu falo ao lado aqui do major do Corpo de Bombeiros que, de certa forma, acaba se envolvendo nesta questão. Os templos querem, sim, a proteção do bombeiro, porque, se em algum momento nós tivermos a necessidade, os fiéis e a comunidade estiverem em perigo, é o bombeiro que vai aparecer e que vai nos auxiliar. Mas nós não conseguimos chegar sequer a nos apresentar perante o Corpo de Bombeiros para requerer uma autorização ou uma vistoria. Nós não temos sequer atendido o pedido de protocolo de alvarás nas Administrações Regionais. Esse é o problema. O argumento das administrações regionais é o de que, como não há uma certidão de propriedade, ou de regularidade das terras – por isso eu trabalho a questão em conjunto com a proposta de debate da Lei nº 806 –, nós não conseguimos o alvará e, consequentemente, não conseguimos a proteção dos bombeiros.

Eu acho que todos os líderes religiosos aqui, e aí eu falo especificamente em nome da Arquidiocese de Brasília, já estão cansados de receber aqueles panfletos, aquelas papeletas amarelas, algumas rosas, ameaçando, num primeiro momento, lacrar o culto. É importante falar que não é só lacrar, e o debate precisa ter o tom elevado nessa medida. Não é lacrar o templo, é lacrar o culto. Está sendo inviabilizado o direito ao culto, que é protegido constitucionalmente. Então, primeiro o culto, depois aquilo que nos protege, que nos concede o direito de realizar o culto, que é o templo. Primeiro vem a papeleta amarela, mandando lacrar; depois vem papeleta de demolição.

Nós da Arquidiocese de Brasília vemos há algum tempo... Nós somos 128 paróquias, mas não são 128 problemas, são muitos mais, eles se multiplicam. No momento em que é necessário fazer uma reforma, uma ampliação do templo, trabalhar a segurança do templo, todo momento em que se modifica qualquer questão do templo, a Agefis aparece e faz a notificação.

Então, nós temos agora tomado uma medida um pouco mais cautelosa nesses questionamentos e trabalhado onde nós podemos, o Poder Judiciário. Fomos ao Poder Judiciário e pedimos que nos fosse garantido ao menos, ao menos, a proteção ao culto, até que seja regulamentada e aplicada a Lei nº 806. Esta lei foi um grande passo dado ainda no Governo anterior, mas não sabemos dizer por que motivo de lá para cá nada caminhou, nada andou, não houve licitação dos templos e a situação continua como estava, ou seja, estamos sendo fiscalizados, taxados como marginais, de certa forma é o que acontece. Nós estamos à margem da lei, e não há como o cachorro correr atrás do rabo. Nós não temos a certidão de propriedade ou de regularidade da terra e por isso não conseguimos o alvará. E a Agefis – eu não tenho nem como criticá-la ou acusá-la, e a maioria dos líderes já comentou e alguns Deputados também já chegaram à mesma conclusão – está cumprindo a lei. É necessário bom senso e tem havido. Existem exceções, mas regra geral o bom senso é levado em consideração.

Há pouco tempo tivemos uma reunião para tratar desse assunto, para tentarmos encontrar uma solução. Dom Waldemar, muito sábio, usou uma expressão, caracterizou a situação de uma forma muito curiosa e verdadeira. A comunidade não compra terreno. A igreja, os templos, os cultos não buscam terrenos. Quem apresenta os passos para a realização do culto é a comunidade. A igreja vai porque a comunidade ergue o templo; a igreja vai porque a comunidade busca um caminho de fé, seja de que religião for, busca um caminho porque, de muitas formas, o Estado a abandonou. Ou então procura o caminho que ela precisa para seguir no caminho do bem, como muitas vezes foi comentado. Falando também como cristão, quantas vezes nós, numa situação difícil, buscamos a ajuda de Deus. Essa é uma situação difícil em que temos de buscar a ajuda de Deus.

Eu acho que este é o momento oportuno. O primeiro passo foi dado com a publicação da Lei nº 806. Eu acho que houve uma comunhão muito grande entre os credos do Distrito Federal. Todos participaram de uma forma muito ativa e conseguimos alcançar um mínimo de realidade, uma luz no fim do túnel quanto à situação dos terrenos. Agora, eu vejo um segundo e grande passo desta Casa Legislativa – debater a questão, levar adiante. E aí eu parabenizo o Deputado Chico Vigilante por buscar uma solução e trazer todos os credos para debater este assunto, mesmo aqueles que estão um pouco mais afastados da discussão, talvez pelo volume de fiéis, ou seja lá o que for. O Deputado Chico Vigilante buscou e trouxe para o debate. Eu acho que temos espaço, e Deus sempre abriu espaço para que todos sejam iguais. Precisamos trabalhar a questão como iguais e buscar uma solução comum, que certamente irá favorecer e solucionar a questão definitivamente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. João Paulo.

Ao longo da fala do Dr. João Paulo, eu recordava que o Estado de São Paulo aboliu a história da propriedade. Lá para adquirir o alvará não é preciso mais comprovar que é dono da terra. Eu acho que esse é um caminho para o Distrito Federal, até porque, Deputado Wasny de Roure, nós temos aí algumas terras que, eu acho, mesmo após alguns séculos, não descobrirão quem são os donos. O que há é muita confusão a respeito das terras de Brasília. Se ficarmos esperando que localizem todos os donos dessas terras, essa situação continuará.

Ao final, faremos algumas propostas, e acho que uma delas será a concessão de alvará sem a necessidade de comprovar que é dono. No final das contas, o estabelecimento funciona lá. Portanto, se ficarmos esperando...

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, companheiro de bancada; Sr. Bispo Renato, ex-Deputado desta Casa, amigo e presidente da Igreja Apocalipse, com sede em Ceilândia; Sr. Representante da Agefis, Sr. Geraldo Branquim; Revmo. Vigário Episcopal da Arquidiocese de Brasília, Padre Jeová Elias, representando o Administrador Waldemar Passini Dalbello; caro presidente do Copev/DF, Pastor Josimar Francisco; colega e advogado que há pouco falou, Dr. João Paulo Echeverria; combatente do Corpo de Bombeiros, major Andrade, parabéns pela sua objetividade e lucidez; meu querido pastor Adalino Inácio Sobrinho, homem de grande respeito na comunidade do Guará e, em particular, no meio da comunidade evangélica; Sr. Presidente do Conselho das Igrejas, meu caro amigo de muitos anos, Pastor Antônio Gonçalves Nascimento; Alexandre, que saiu e deixou o seu representante, Sr. Wilson; pastores; lideranças; padres; representantes de diversas comunidades aqui presentes; nosso administrador do Cruzeiro, que estava aqui há pouco; Bispo Douglas, da Igreja Renascer em Cristo; vários amigos, meus queridos; Deputados presentes, meus colegas, neste momento, apenas o Deputado Olair Francisco, a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Evandro Garla, que está ali no balcão, esse tema é bastante palpitante, e o Deputado Chico Vigilante, de maneira oportuna, trouxe-o a esta Casa.

Acredito que precisamos de um pouco de lucidez, porque, ao resgatar a retomada da Lei nº 806, que já foi muito bem colocada pelo Bispo Renato... porque foi uma pessoa que trabalhou. Mérito seja dado a ele e ao Governo anterior, Pastor Nascimento. Não tenho nenhuma dificuldade e tenho dito isso aonde vou. Estive no Ministério Público, em uma ampla discussão com vários promotores, inclusive com a Dra. Eunice e o Dr. Antônio, assessor, e com as promotoras da ordem urbanística. Discutimos a matéria, e eles foram bastante objetivos quando disseram que essa matéria, ressalvados os 4 incisos, Deputada Eliana Pedrosa, é inconstitucional e que o Tribunal de Justiça deverá se pronunciar nos próximos dias. Eles entendem que a lei é passível de ser aplicada, adotando-se o princípio da preferência na aquisição do imóvel.

Ao mesmo tempo, foi discutido, naquela oportunidade, que nada impediria que uma nova proposição, originada do Poder Executivo, com os endereços em anexo, pudesse retomar essa discussão em função de alguns eventuais casos que foram excluídos.

Há pouco, o Deputado Olair Francisco me perguntava qual era a minha origem evangélica, e eu disse: Deputado Olair Francisco, vou lhe dizer uma coisa que talvez possa até lhe ser meio estranho. Sou de uma família originária de Huguenotes. Acredito que aqueles que conhecem um pouco a história da igreja sabem quem foram os Huguenotes. Foram protestantes evangélicos na França que originaram o famoso caso da Noite São Bartolomeu, hoje consagrado em filmes. O filme Henrique IV e outros relatam o mesmo episódio.

Temos toda uma sensibilidade quanto ao papel da Igreja, muito bem colocado pelos nossos líderes. E eu gostaria também de destacar, com toda sinceridade, como se deu a implantação das nossas igrejas, com a aquiescência das autoridades, é bem verdade, mas fundada em documentos precários. Algumas se implantaram até por ocupações, à revelia do próprio Estado, que, de alguma maneira, queremos desconhecer. Entre esses eventuais casos – digo eventuais, mas foram inúmeros – posso mencionar São Sebastião, Brazlândia e Recanto das Emas.

Não quero discutir o assunto desconhecendo problemas que temos de enfrentar, mas esse é o tema de segunda-feira e, naturalmente, na temática sobre o alvará, irão debater esse assunto. Estou aqui para dizer que nós – posso falar em nome dos meus colegas Parlamentares com que tenho trabalhado, mesmo há apenas 4 meses. O Deputado Chico Vigilante, conheço há mais tempo – somos homens e mulheres com a maior disposição para dar continuidade a esse processo de regularização e dar condições para termos uma solução definitiva.

Agora, não vamos crucificar a Agefis. Tenho muitas criticas a ela. Aquilo que foi dito aqui sobre aquela capela do Sol Nascente, que foi demolida, tem alguns fatos que precisam ser registrados, Deputado Chico Vigilante. Digo isso porque está tudo registrado em fotografias. De fato, houve a demolição. Mas, de fato, a cruz, o santo quebrado, a placa da Canção Nova, tudo isso se deu posteriormente à demolição. Precisamos entender isso. Não podemos utilizar instrumentos não corretos para defender o que é correto. Sou daqueles que tem a compreensão, a despeito de todo esse esforço que temos feito nesta Casa, de que não há um defensor maior da própria Igreja e da causa do que o seu próprio fundador, que é Jesus Cristo. Essa é a maior realidade. Não é o nosso bolso, não é o fato de a Igreja ter deputado, juiz, governador etc. Temos um advogado muito maior que todos esses que estão, provisoriamente, em posição de poder no Estado e na sociedade.

Creio que precisamos ter o bom senso e a responsabilidade de sentar, discutir e encontrar saídas para os nossos problemas.

Hoje, pela manhã, Deputado Chico Vigilante, a primeira coisa que fiz foi ir, como Deputado, à Administração de Vicente Pires. Vocês sabem que estamos enfrentando uma situação, com a Igreja Batista Central em Vicente Pires. E precisamos resolver a situação de uma igreja que é da origem de Taguatinga! Não é isso Bispo? Da origem da Taguatinga! Eu sei, porque eu era ainda adolescente e já frequentava os encontros de adolescentes chamados intercâmbios, na Igreja Batista. Hoje, ela também faz esses encontros, mas era uma prática mais rotineira no passado.

Eles já adquiriram 5 imóveis, mas estão em uma área absolutamente residencial, Pastor Nascimento, e isso traz um certo desconforto, porque a igreja, hoje, tem aproximadamente 600 membros, Deputado Chico Vigilante, e estava com uma ordem de demolição. O Deputado Benedito Domingos nos trouxe o problema, e eu fui um dos que se pronunciou. Agora, há um problema a ser resolvido. A área não foi delineada, do ponto de vista urbanístico. Não foi criada unidade imobiliária. Parece-me que foi dado o alvará de construção, mas em seguida, ele foi cassado e isso deixou a igreja simplesmente à revelia e pressionada. Hoje, construiu-se o templo em uma área prevista para escola, segundo a administradora, que, atendendo a um pedido do administrador anterior, removeu-o da posição original.

Portanto, há um complexo de fatos que se dão e que merecem ser considerados.

Deputado Chico Leite, quero parabenizar V.Exa. Primeiro, por trazer este tema; segundo, por discutir de maneira responsável, consequente, e colocar os Deputados engajados nesse processo. Os Deputados precisam, Deputado Evandro Garla, V.Exa., que é originário da Igreja Universal, engajar-se em um processo para resolver problemas. E problemas crônicos e difíceis. Não podemos deixar de reconhecer o quanto os evangélicos fizeram por esta cidade, mas também a condescendência que muitas vezes o Estado teve com a comunidade evangélica, com a comunidade católica e até mesmo com os espíritas, que alegam ser tratados de maneira diferenciada. No início desta tarde, nós sentamos para discutir os problemas que eles estão vivendo, a partir de um pedido de conversa que fizeram a nós.

Portanto, nós viemos aqui para trabalhar, e eu acho que esse é um dos grandes trabalhos. Bispo Renato, foi um prejuízo para Brasília V.Exa. não ter tido o assento permanente por tão pouco votos, mas conte com o respeito à grandeza de pessoa reconhecida pela sua representatividade no meio da comunidade, pela sua autoridade moral e pela sua autoridade intelectual como advogado. Eu tenho certeza de que iremos trabalhar para construir soluções. Essa é uma trajetória que fizemos ao longo de muitos anos.

Lembro bem aqui, para os irmãos terem ideia, um dos exemplos mais desafiadores para nós. A Igreja Batista Getsêmani, ali no Gama, Deputada Eliana

Pedrosa, estava e está ainda basicamente em um canteiro, mas é uma igreja de muitos anos. As autoridades legitimaram, autorizaram a existência dela; eu fui o autor da lei que criou a unidade imobiliária. E criamos lá uma das igrejas do ministério do Pastor Adalino, lá em Santa Maria, dirigida pelo Rubens. Há uma história sobre a qual tem de se debruçar, ela tem que ser corrigida e aperfeiçoada. Portanto, o que eu posso oferecer é a nossa compreensão e disposição de trabalhar. Eu tenho absoluta consciência da compreensão e disposição do Governador Agnelo, e digo isso porque já conversei com ele sobre esta temática, que faz parte da agenda de S.Exa. como uma das questões prioritárias. S.Exa. respondeu-me da seguinte forma: "Wasny, quero fazer parte desse processo de termos de uma vez por todas o equacionamento dessa matéria".

Portanto, agradeço e convido a todos aqueles que queiram estar conosco neste debate da segunda-feira, quando iremos discutir a temática envolvendo mais a questão da terra, do lote, dos novos espaços para as igrejas. Esperamos a presença do Secretário de Habitação, porque estaremos debatendo, inclusive, o PDOT.

Deputado Chico Vigilante, conte com o nosso apoio, conte com a nossa caminhada, não apenas como unidade evangélica como também os católicos ou até mesmo os espíritas, porque a nossa atribuição aqui, com o disse o Deputado Raad Massouh, é republicana, é para todos: a todos servir indistintamente. Estamos, portanto, à disposição.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Presidente do Conselho de Pastores do DF, Pastor Josimar Francisco.

Em seguida a palavra será concedida ao Deputado Evandro Garla.

PASTOR JOSIMAR FRANCISCO – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, eu queria para diminuir o tempo, em nome do Bispo Renato, cumprimentar toda a Mesa e os nossos pastores e amigos na paz do Senhor Jesus. Antes de falar, queria fazer algumas considerações.

A primeira delas: esse assunto da concessão de alvarás para templos religiosos. Ninguém está descobrindo a pólvora hoje. Na verdade, este já é um assunto de longos anos. O Conselho de Pastores – por exemplo, foi o primeiro conselho, com seus 40 anos hoje no DF, com quase mais de 3 mil membros – já vem encarando essa questão ao longo de vários governos. E nós queríamos dizer, e eu creio, que desta vez o Partido dos Trabalhadores com seu Governo e a Câmara Legislativa, esta Casa, os novos e aqueles parlamentares que já estão aqui possam tomar a frente desse assunto, pois ele tem causado muito desconforto às igrejas evangélicas, aos pastores, aos líderes religiosos. Como foi falado pelas pessoas que me antecederam, é muita humilhação para um povo que desenvolve um papel tão importante no Distrito Federal.

A segunda consideração que queria falar está voltada para uma questão. Nós temos consciência — como nosso amigo do Corpo de Bombeiros Major Andrade disse — de que a igreja precisa, ela necessita de uma fiscalização efetiva, de um regulamento efetivo. Não somos contra isso. Já tivemos problemas em igrejas no Brasil. Aqui no Distrito Federal também tivemos. Caiu o teto de um templo no SIA. Foi aqui perto, aqui do lado. O teto caiu e houve morte. Foi uma tragédia para o povo. Nosso problema também não é esse. Mas, em contrapartida, não podemos competir com o *shopping center*. Não podemos competir com um auditório como esse aqui em que há milhões de reais empregados aqui dentro. Não temos dinheiro para fazer a execução do projeto. O nosso problema é dinheiro. Queríamos que a lei nos contemplasse de alguma forma – não nos deixando fora de cumprir as exigências –, mas que as exigências estivessem ao nosso alcance financeiro. Foi dito aqui que a Igreja Universal teve seu alvará aprovado. Eu acredito que foi o único no Distrito Federal. Não sei. Graças a Deus que a Igreja Universal é bem dotada financeiramente, não é o caso da minha igreja, que não é dotada assim financeiramente. Eu tenho de vez em quando fazer uma oferta para poder pagar alguma dívida da igreja mês a mês.

Sr. Presidente, a responsabilidade que está sobre esta Casa, trazendo esse assunto à tona agora no início do Governo, é para que realmente a gente possa ficar confortável, porque fica aquele imbróglio no GDF. Enquanto a lei não sai, fica aquele negócio de um derruba ali, outro persegue aqui, outro que não apoiou aqui fica ali, outro é do grupo a, b, c. Na verdade, ficamos em situação desconfortável perante um corpo de liderança, um grupo tão grande. Já ultrapassamos um milhão de evangélicos nesta cidade. Merecemos o mínimo respeito tanto do Governo quanto desta Casa.

Eu queria falar outra coisa referente a essas questões de alvará de funcionamento para a igreja. Nós também precisávamos dessas orientações do Corpo de Bombeiros. Acho que o impasse — se não me falha a memória — em alguns assuntos que vêm para o Conselho, as demandas que vêm para a secretaria do Conselho de Pastores embargam na questão de uma listagem de exigências, além do problema da terra. Uns conseguem passar pelo problema da terra, mas topam no problema de um hidrante, por exemplo, que tem de ser colocado na frente da igreja. Às vezes, não há estrutura para isso. Um hidrante na frente da igreja é uma coisa louca. Não temos condições de fazer uma coisa dessas. Isso custa milhões. Isso mexe com a estrutura de uma cidade para se colocar um hidrante na frente da igreja. O certo seria que o GDF colocasse na frente de cada igreja um hidrante de graça para nós. Isso facilitaria o nosso trabalho dentro da igreja. Isso é outra questão.

Para finalizar minha parte hoje, eu não poderia deixar de falar dos 51 anos da cidade, que o meu amigo Nascimento frisou. Fui eu o pastor que fez contato, recebeu o contato da Secretaria de Cultura e entrou numa conversa com o

Subsecretário. Eu dizia ao Subsecretário que os evangélicos da cidade, ao longo de todos esses anos aqui em Brasília, nunca deixamos de fazer uma oração pela cidade no dia do seu aniversário. Nunca existiu isso, nunca.

O que eu expus para a Secretaria de Cultura foi que nós também não iríamos levar o nosso povo, misturar todo mundo ali de uma forma e de outra pra depois o povo evangélico ficar levando facada lá na rua. Não é esse o objetivo do Conselho de Pastores, dos evangélicos, das lideranças. Quando nós vamos para esses eventos públicos, não é para nada disso; vamos para orar pela cidade, para adorar o Senhor, para parabenizar a cidade, abençoar o Governo que está na cidade para que Deus dê orientação, direção a ele. Então esse é o nosso papel quando deslocamos o povo para a Esplanada dos Ministérios. Foi vetada este ano toda essa participação evangélica, e não entendemos até agora por quê.

Eu queria, Sr. Presidente, agradecer a sua iniciativa de levantar este assunto, de trazê-lo à tona novamente para nós, pastores, lideranças resolvermos esse problema. Precisamos resolver isso para que possamos ter uma tranquilidade em nossas igrejas, sem problema de lacre. A Agefis está fazendo o trabalho dela, o Corpo de Bombeiros está fazendo o trabalho dele, está todo mundo fazendo o seu trabalho. O que está faltando na verdade é a Câmara Legislativa, juntamente com o Executivo, fazer algo que tenha consistência e resolva esse problema de uma vez por todas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso amigo pastor. O pastor estava falando, Bispo Renato, e eu estava me lembrando de um episódio que aconteceu comigo. Eu era Deputado Federal e tinha um Deputado da Igreja Universal chamado Pastor De Velasco. Ele chegou para mim e falou: "Deputado, estou precisando que o senhor ajude a resolver um problema". "Que foi?" O governador era o Cristovam Buarque. Ele disse: "É que nós usamos duas salas de cinema ali no Conic e está pouco. Nós compramos uma sala grande" — que era o Atlântida — "e queremos devolver duas. E agora não estão deixando. Dizem que a gente está fechando a cultura da cidade". Aí eu liguei para o governador e falei para o De Velasco: "Vamos lá falar com o governador", e fomos. Quando chegamos, o governador disse: "Chico, é que está havendo passeatas do movimento cultural lá no Conic, dizem que ali não é lugar de igreja, é lugar de cultura". Eu falei: "Governador, desculpa, mas, pelo que me consta, igreja também é cultura. Do meu ponto de vista, igreja é cultura". (Palmas.) "E mais, o Conic eu conheço, porque eu levei a CUT para o Conic quando eu era presidente da CUT. Ali é terrível, se a gente colocar uma igreja ali, talvez a gente vá ajudar a espantar um monte de coisa ruim que tem por lá. Acho que vai ficar mais habitável aquilo ali." E aí o Governador Cristovam autorizou. Passou por cima de todas as dificuldades e autorizou. E me parece que ainda hoje estão lá, não é, Deputado Evandro Garla? E nunca fizeram mal nenhum, pelo contrário, o Conic ficou muito melhor. Hoje você já pode ir lá a

qualquer hora do dia ou da noite que tem muito mais tranquilidade. Além das orações que o pessoal faz. E muita coisa ruim que tinha lá saiu também.

Quero registrar mais uma vez a presença do Deputado Aylton Gomes, que foi e voltou — já está aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Muito boa-tarde a todos os presentes, Sr. Presidente desta sessão, Deputado Chico Vigilante. Parabenizo V.Exa. por esta sessão, cujo pedido foi tão bem encaminhado pelo nosso amigo, Bispo Renato. Bispo Renato, meu amigo, como o próprio Deputado Wasny de Roure falou há pouco, por pouco o senhor não está em nossa Casa, mas tudo tem o seu tempo, tudo vem no tempo de Deus. Em nome do senhor, parabenizo também e saúdo todos os componentes desta Mesa. Gostaria de agradecer também a presença de todos os líderes, sejam católicos, evangélicos, espíritas, de qualquer denominação.

Não vou alongar-me sobre esse tema, pois muito já foi falado sobre ele, e eu sempre gosto de ser um dos últimos a falar, pela função que estou exercendo hoje aqui na Casa, que é de Ouvidor. Então temos que ouvir também. Nós ouvimos mais em determinados momentos, e falamos em outros. E dentro de tudo o que foi falado, algo que tem que ser feito, urgentemente, é sairmos do âmbito — desculpe a expressão — da falação e já irmos para a ação.

Eu vou citar alguns tópicos que cada um falou. Por exemplo: o Sr. Babalorixá Alexandre Silveira — que não está aqui presente, mas está sendo representado pelo Sr. Wilson — falou sobre perseguição; o Sr. Presidente do Conselho de Igrejas, Pastor Antônio Gonçalves Nascimento, falou sobre união; o Pastor Adalino Inácio Sobrinho falou da desburocratização; o Major Andrade falou da prevenção; o próprio advogado da Arquidiocese de Brasília, Dr. João Paulo Echeverria, falou também sobre a demora. Então, o que temos que fazer, Deputado Chico Vigilante, é sairmos do âmbito do papel e fazer acontecer. Fazer algo por essa situação, porque, em relação aos alvarás, nós que estamos aqui debatendo não queremos viver da forma errada. Em nenhum momento estamos aqui querendo burlar a lei. Não é isso.

Certa vez, estávamos em uma reunião com o prefeito de Recife, e ele foi muito feliz em sua colocação: para nós evangélicos, cristãos, a nossa via mestra é a Bíblia; para o gestor público, para o prefeito, para o Governador, é a lei orgânica, é o estatuto da cidade, é o estatuto do estado, então ele tem que seguir regras. Não estamos querendo burlar as leis. Não queremos isso. Nós queremos, sim, estar dentro da lei, mas para isso nós precisamos da ajuda do Executivo, precisamos que esta Casa de leis resolva esse problema.

Não adianta nada fazermos uma lei, como foi dito, para resolver esse problema, se nós paramos nas administrações, quando temos problemas com as Normas de Gabarito de Brasília – NGB, quando temos problemas com a PDL. Isso também tem que ser resolvido. Mas até quando? Falar só não adianta. Passou já

essa fase da falação, nós temos que ir para a ação. (Palmas.) E o que acontece? Em nenhuma de nossas denominações das igrejas, das entidades religiosas, estamos querendo facilidade. Nós queremos, sim, agir dentro da lei. Precisamos agir dentro da lei.

Como foi dito várias vezes, nós, instituições religiosas, não recebemos ajuda do Governo. Eu vou falar pela Igreja Universal do Reino de Deus, de que faço parte, de que sou pastor: nós não recebemos ajuda do Governo — nem do Governo Federal, nem do Governo do Governo do Distrito Federal, nem dos governos municipais, no Entorno, e assim é no nosso Brasil. Não recebemos ajuda nem queremos. Não estamos aqui pedindo dinheiro, não é isso; nós queremos, sim, que a lei seja feita, queremos que algo seja feito dentro da lei. Queremos que a lei seja aprovada, para que possamos estar na legalidade.

É através de instituições — independentemente de sua denominação — que vidas são salvas, vidas são resgatadas. Eu posso falar isso de mim: eu era um jovem perdido, totalmente desregrado, totalmente largado à margem da sociedade, onde o Estado não participava, e foi através da Igreja Universal do Reino de Deus que eu aqui cheguei. Primeiramente, agradeço ao nosso Deus, ao Senhor Jesus, mas foi através de uma instituição religiosa, a Igreja Universal, que utilizou a estratégia do esporte. É possível a ressocialização? É, mas deixa a gente trabalhar! Nós não queremos fazer nada de errado; queremos, sim, andar dentro da lei. É só não atrapalhar a gente. E quando alguém quer fechar uma igreja, seja ela o que for, quer fechar uma instituição, está atrapalhando, sim, a ressocialização da nossa sociedade.

Então, o que eu peço a esta Casa – eu até não fiquei tanto aqui na bancada, fiquei como ouvidor, como pastor, ouvindo – é que deixem a gente trabalhar. Nós precisamos disso.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso companheiro, Deputado Evandro Garla, que faz parte do nosso Bloco Parlamentar PT/PRB e é uma grande revelação desta Casa.

Concedo a palavra, neste momento, ao nosso Revmo. Sr. Vigário Episcopal da Arquidiocese de Brasília, nosso amigo, Padre Jeová Elias.

PADRE JEOVÁ ELIAS – Saudação a todos os presentes, saudação fraterna. Eu sou Vigário Episcopal, aquele que representa o bispo numa determinada região, no meu caso, a região norte, hoje representando Dom Valdemar, Administrador Apostólico de Brasília. Sou também pároco e todos esses dramas que muitos de vocês vivem eu tenho vivido também lá em Sobradinho, na Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima, onde já estou há quase 18 anos.

É uma paróquia pioneira. Este ano está celebrando o jubileu, 50 anos de existência, e tem uma história em Sobradinho. Do hospital rural, que lá nasceu, a

paróquia esteve à frente, com as freiras dando assistência religiosa; as primeiras escolas de alfabetização, de primário construídas lá chegaram ao ponto de ter 560 alunos presentes. Enfim, apesar de todo o trabalho social que a paróquia fez em Sobradinho, depois de algum tempo, 40 anos de existência ou mais, ainda há exigência de alvará de funcionamento, notificação para alvará de funcionamento.

É curioso, é muito curioso, difícil de entender e profundamente constrangedor, como se a gente estivesse cometendo um crime por pregar a palavra de Deus, por fazer um trabalho social, por entrar exatamente onde o Estado é omisso, não faz a sua parte, não cumpre a sua obrigação. E, muitas vezes, a Igreja é obrigada a fazer aquilo que não deveria fazer, aquilo em que o Estado é que deveria agir, mas o Estado não faz, e a Igreja ainda não conta com o apoio do Estado. (Palmas.) É um Estado laico, que tem de ser respeitado, sem dúvida nenhuma, e queremos respeitar também a autonomia do Estado, mas o Estado não pode ser hostil à religião e perseguir a religião. E, muitas vezes, lamentavelmente, o que existe é perseguição.

Em relação ao episódio que foi citado aqui por um nobre Deputado, lá do Rio de Janeiro, numa escola, por que dificultam tanto o ensino religioso nas escolas? Criam barreiras, dificuldades enormes, por quê? Será que não era hora também de esta Casa debater esse assunto, entrar na pauta desta Casa a questão do ensino religioso, que transmita valores, a verdade, o Evangelho, a justiça, a honestidade, a paz, valores que Jesus Cristo pregou para todas as religiões, para todos os seres humanos, para as pessoas de boa vontade?

Os cristãos, dizia um texto antigo da Igreja, são como a alma do mundo, isto é, eles devem ser bons cidadãos, cumpridores dos seus deveres, mas também pessoas conscientes, que lutem pelos seus direitos. E acho que esta questão do alvará não é também isentar as igrejas das suas responsabilidades, de fazer as coisas com critério, de ter cuidado ao edificar seus templos, de cumprir também as normas técnicas essenciais para a segurança dos fiéis que ali frequentam.

Enfim, parabéns pela iniciativa, acho que a questão entra no bojo de tantas outras questões. Essa questão da terra é importante. E fico feliz que alguns Deputados tenham manifestado a consciência de que isso tem sido utilizado aqui em Brasília como barganha eleitoral, para manter as igrejas como refém em período de eleição. Nunca resolvem isso. Esse problema nunca tem sido resolvido aqui em Brasília, passa governo, sai governo, acenam, tentam resolver. E nós, os padres de Sobradinho, tivemos a oportunidade de nos reunir com o então candidato Agnelo, e uma das questões que levantamos para ele foi essa questão da lei que está em discussão. Na próxima segunda-feira, parece que vão debatê-la aqui também. Que se resolva isso! Eu tenho tentado construir um campanário e não consigo. A Administração não aprova. A aprovação da construção da nossa igreja demorou três anos, e eu fui refém de administradores e, dependendo da simpatia ou da antipatia

do administrador que está no período eleitoral, aprova-se ou desaprova-se. Eu tentei construir a casa paroquial e não consegui a aprovação.

Então, a gente quer trabalhar e não consegue porque o Estado não facilita e, além de não facilitar, até dificulta, porque, às vezes, não é só uma questão técnica, é também uma questão política.

Então, esse foi o meu desabafo para vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Padre Jeová, obrigado pela franqueza, pela maneira correta de colocar as coisas. Nós Parlamentares desta Casa e o Governo do Distrito Federal temos a obrigação de mudar esta realidade. As pessoas têm de ser livres, elas têm de votar em quem elas quiserem, e não ficar a vida inteira transformadas em reféns para ficarem cobrando a fatura na época das eleições. Todos nós vamos nos unir nesta Casa e quebrar esta prática existente no Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Boa-tarde a todos. É com muita satisfação que eu cumprimento os católicos, os evangélicos, os espíritas, enfim, todos que vieram a esta Casa para fazer esta discussão tão importante. Deputado Chico Vigilante, eu parabenizo V.Exa. por esta iniciativa.

De todas as falas já proferidas, todas têm em comum a questão do protelamento, das dificuldades para aquela que é a função mais importante de cada um de nós, que somos pais e mães de família, que é levar aos nossos filhos a possibilidade de vivenciar Cristo verdadeiramente em toda a sua expressão.

A Deputada Liliane Roriz foi muito feliz quando disse que nós nos entristecemos, nós ficamos diminuídos com toda essa dificuldade. Qual é a realidade que temos aqui no Distrito Federal que já foi tão propalada? É que o Estado foi omisso. Na omissão do Estado, no seu erro, ele não pode penalizar as entidades religiosas. Não as entidades religiosas, ele não pode penalizar a população do Distrito Federal. A cada alvará não concedido, nós estamos dizendo um não a uma família. E isso é o que não podemos permitir. O Estado foi omisso, ele não fez a lei correta, ele não tomou as devidas providências e, depois, quer ir lá e derrubar? Está errado! Está profundamente errado, porque isso é dar tratamento desigual. Eu não vou citar o nome, mas há um grande supermercado na Ceilândia que invadiu área, e a Agefis não vai lá. Por que não vai? Agora, se for uma igreja, talvez vá. Por quê? Porque talvez não possa ter uma contrapartida? E isso a gente tem de se perguntar.

Eu entendo perfeitamente que o gestor público tem de seguir a Lei Orgânica, tem que seguir a lei, pois ele está sujeito, caso não cumpra, de ser responsabilizado. Porém, não dá para ser omisso o tempo todo, não dá para aceitarmos que se faça escolhas de onde vai agir. Isso me preocupa muito.

O Deputado Evandro Garla deixou para todos nós um indicativo, um caminho, um encaminhamento concreto: é partirmos para a ação. Eu acho que o Governo passado, o Governador Arruda foi muito feliz quando reuniu todos nós, Parlamentares, chamando todos os segmentos religiosos, o Deputado Bispo Renato ficou encarregado de fazer essa coordenação, foi um dos coordenadores, e a coisa foi de vento em popa.

Infelizmente, alguns artigos foram questionados quanto à sua constitucionalidade. Mas temos de ser ágeis, questionada a constitucionalidade de alguns itens, vamos propor um novo projeto e enviar a esta Casa para que os templos, para que as nossas famílias tenham a oportunidade concreta e a satisfação de poder viver a cada dia a palavra de Deus.

Então, eu quero deixar para todos os senhores que vêm, diuturnamente, lutando para que nós possamos levar essa mensagem cristã para todos do Distrito Federal, meus parabéns por não esmorecerem, por não ficarem no meio do caminho. E nos cobrem, realmente!

Eu acho que esse é o nosso papel, está no momento certo de darmos um basta em toda essa situação. Nós queremos o Distrito Federal regularizado e, como disse o Deputado Chico Vigilante, se nós formos esperar encontrar a solução de titularidade de terras, que vem sendo julgada na justiça há anos e sem uma perspectiva de um julgamento final, nós vamos empatar a cidade como um todo, todas as suas atividades. E é isso que vivemos hoje! Nós não temos a perspectiva de ter uma cidade com essa possibilidade de regularização imediata. Então, nós temos de ter mecanismos legais para que possamos ter todas as nossas instituições funcionando plenamente.

Eu deixo a certeza de que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, por intermédio dos seus 24 Parlamentares, não ficará de braços cruzados, estará no mesmo caminho, porque é o caminho que todos nós desejamos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Registro com satisfação a presença do nosso companheiro Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra – e creio que ele tenha muito a falar apesar do tempo – ao Diretor de Planejamento da Agefis, Sr. José Carlos Bezerra.

SR. JOSÉ CARLOS BEZERRA – Boa-noite a todos, Sr. Presidente, senhores da Mesa, a todos que ainda estão presentes.

A Agefis vem participando desse processo há bastante tempo, não como Agefis, mas como fiscalização. Só para falar um pouquinho do histórico, alguns anos atrás foram promulgadas algumas leis que dispensavam os templos religiosos de alvará de funcionamento. Essas leis foram consideradas inconstitucionais, até a

promulgação da última lei inconstitucional, em que o Ministério Público nos deu de presente a missão de fiscalizar todos esses templos.

Assim que saiu a ADIn, ele encaminhou para a Agência de Fiscalização um pedido solicitando que realizássemos a fiscalização em todos os templos do Distrito Federal. Então, iniciou-se essa fiscalização, esse trabalho junto aos templos.

Em um primeiro momento, logo quando foi promulgada a Lei nº 4.457, última lei a ser promulgada, os templos religiosos eram tidos como instituições de risco com relação às questões do Corpo de Bombeiros, as vistorias, etc. Então, o que queria dizer essa questão de risco? Que era interdição sumária. O fiscal, ao se deparar com o templo sem o alvará de funcionamento, ele não tinha nenhum tipo de escolha, porque a lei determinava que ele deveria lavrar o termo de interdição. O fiscal não tinha como escolher: "vou ou não vou fazê-lo"? Se ele não fizer, existe o Ministério Público, que cobra bastante. Se ele fizer, ele tem todo o ônus com aquela comunidade ali presente. Geralmente, esse auto era lavrado.

Então, com várias visitas, inclusive a do nosso querido Deputado Bispo Renato, alterou-se o decreto que regulamentava a lei, tirando as igrejas da questão de risco. O que isso alterou? A partir desse momento, as igrejas e templos passaram a ser notificados antes de serem lavrados os autos de interdição. Só que isso não resolvia a situação, porque os templos, ao procurarem as administrações regionais, encontravam muitos obstáculos até obterem a licença de funcionamento. Um desses obstáculos, quase que instransponível hoje para várias cidades, é a questão da propriedade da terra, que é determinante para se conceder a licença de funcionamento.

A Agefis vem trabalhando também na tentativa da alteração dessa lei, que não está restrita apenas aos templos religiosos. No ano passado, houve por volta de 11 mil alvarás revogados. Hoje, esse número está por volta de 30 a 35 mil empresas sem alvarás de funcionamento – nisso, incluídos também os templos religiosos. As pessoas hoje abrem suas empresas, só que não conseguem obter junto às administrações regionais as licenças de funcionamento. A Agefis, em vez de estar fiscalizando aqueles estabelecimentos que, sim, são preocupantes ao bem-estar da coletividade... O espectro de atuação cresceu demais. Então, para se retirarem aquelas atividades que realmente são prejudiciais, às vezes é muito complexo. Quando o fiscal vai a determinado trecho, a determinada área, depara-se com vários setores e segmentos que não possuem o alvará de funcionamento. Isso impede que a Agefis, de fato, promova o bem-estar social, porque, ao final, está todo mundo irregular.

Então, a Agefis vem trabalhando com bastante afinco na tentativa de sensibilizar e alterar a legislação para tratar os diferentes como diferentes — os templos religiosos, órgãos públicos e outras atividades, que podem e devem ser tratados como diferentes, devido a questões sociais.

Outra questão que vem sendo trabalhada também na Agefis é o alvará social. Algumas cidades não podem ser tratadas de maneira igual a outras. Digamos, a cidade de São Sebastião não pode ter exatamente as mesmas regras que uma cidade como Brasília, que já está consolidada, que já tem toda a sua atividade determinada.

Para fazer todas essas alterações, hoje nós temos uma *mise-en-scène* de legislação. Não temos a legislação consolidada num código de posturas. Isso também atrapalha por demasiado o trabalho da própria fiscalização. São várias leis que regulam vários assuntos específicos — algumas leis se sobrepondo a outras, algumas avançando e outras retrocedendo. É inimaginável uma cidade como Brasília, ou melhor, o Distrito Federal, não possuir um código de posturas.

A Lei Complementar nº 806, de 2009, foi um avanço, mas temos que avançar mais. A questão da propriedade — a legalidade das áreas onde estão localizadas as igrejas — tem que sair do papel, tem que realmente transcender. É um ponto em que o Estado tem também que avançar.

A lei dos alvarás, a Lei nº 4.457, de 2009 — há uma ADIn sobre a questão do laudo técnico, que também impede que as administrações emitam alvarás não só para igrejas, mas para outros estabelecimentos —, tem que ser solucionada antes de se avançar.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo hoje está sendo desenvolvida e produzida pela Sedhab, antiga Seduma. Tem que se verificar se essa lei realmente vai vislumbrar ou vai estar de acordo com o que a cidade tem hoje. Ela não pode ser uma lei criada para trazer mais um empecilho. Ela tem que trazer uma fotografia da cidade. Então, antes de ser aprovada, tem que se verificar se está realmente de acordo com o que a cidade pleiteia e deseja.

Quanto a ações específicas, a Agefis trabalha diuturnamente nessas questões e nem sempre a imprensa mostra a realidade. Às vezes, a imprensa quer, digamos, ver o sangue, quer ver aquilo que dá mais Ibope. Então, alguns fatos, a imprensa não noticia e são repassados, como o caso específico de uma dita igreja que foi removida no dia 13 de abril desse mês. Uma construção totalmente nova, que ainda não estava consolidada, estava terminando de ser construída. Foi notificada, foi intimada a ser demolida. E ali se utilizou do subterfúgio de dizer que era uma igreja. Após a remoção daquela edificação, foram plantados ali alguns elementos que são de culto para dizer que foi demolida uma igreja, trazendo à tona toda a ira contra a Agência de Fiscalização.

A Agência de Fiscalização nada mais é do que o promovedor do bem-estar da coletividade. Ela pensa no coletivo, sempre sobrepondo o coletivo ao individual. Para isso acontecer, ela se baseia nas leis aprovadas na Câmara e sancionadas pelo Executivo. Se as leis não estão corretas, eu acho que vale a pena uma discussão, vale a pena o acerto. A Agefis está disposta e querendo participar também, para que

a cidade ganhe. Não achem que o fiscal sai da sua residência falando: "Hoje eu vou interditar uma igreja. Que bom!" Não, muitas vezes, ele também faz parte de uma comunidade evangélica, cristã e se sente mal, mas ali é o seu papel como Estado. Ele não pode se furtar de fazer aquele papel como Estado. A Agefis sente também do outro lado, porque é ela que está na ponta realizando o trabalho penoso, sempre penoso. Não achem que o fiscal, depois de uma ação dessas, volta para casa feliz, satisfeito. Ele sente a carga espiritual, ele sente aquele ônus sobre os seus ombros. Ele sabe que aquilo que fez talvez não seja benéfico na parte cristã, mas, como funcionário público, servidor do Estado, ele tem obrigação de fazê-lo. Ele volta para a sua casa e tem que conviver com isso também, porque aquele é o papel dele naquele momento.

A Agefis tem propostas, está participando sim da questão da resolução dos problemas. Só que, enquanto não existir essas alterações da legislação, o máximo que ela pode fazer é apelar para o bom senso, mas nem sempre esse bom senso é bem recebido pelo Ministério Público. Temos vários e vários convites para comparecer ao Ministério Público para dar explicações de uma ação que foi ou não foi realizada. E sempre recebemos algum tom de ameaça de improbidade administrativa.

Para a Agefis, também não é fácil estar fazendo essa composição do que é o real, do que a sociedade está demandando para o que a lei demanda ali. Queremos também avançar, mas em conjunto com todos e sempre na base da legalidade.

Agradeço a oportunidade. A Agefis está à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós temos uma relação de pessoas para falar ainda. Há três deputados, que são o Deputado Aylton Gomes, o Deputado Olair Francisco, que estava aqui primeiro e, portanto, será o próximo a falar, e o Deputado Cláudio Abrantes.

Nós temos outra questão também. Nós fizemos um esforço muito grande para que o Governo mandasse o projeto de reajuste dos professores. Nós estamos esperando os Deputados virem para o plenário. Na hora em que completar o quórum, nós vamos dar uma parada, ou seja, encerrar a nossa sessão, para que possamos votar o reajuste.

Antes de ouvir o Deputado Olair Francisco, nós vamos chamar aqui o Sr. Bispo Douglas, da Igreja Renascer. O Bispo Douglas já saiu? (Pausa.) Ok.

Bispo Renato, na Semana Santa, ocorreu um negócio muito interessante. Eu fui convidado pelo Moacir para uma pescaria. Nós fomos. Quando cheguei lá, era uma pescaria coordenada pelo Pastor Sabino, da Primeira Igreja Presbiteriana de Taguatinga. Foi muito engraçado, porque foi uma pescaria sem cachaça e com muita oração. Eu me senti muito bem, apesar das muriçocas. Foi no rio Araguaia.

Concedo a palavra ao representante da Convenção Batista Brasileira do Distrito Federal, Sr. Marcelo Lomba.

SR. MARCELO LOMBA – Boa-noite. Saúdo a todos com a graça e a paz do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Parabenizo o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa. Cumprimento todos os demais Deputados e Deputadas na sua pessoa e todas as autoridades religiosas aqui constituídas.

Trazemos uma palavra, com certeza, com muita semelhança com tudo que foi dito, mas queremos também destacar que, há cerca de 15 anos, um colega pastor elaborou um livro chamado *Almanaque Brasília*, no qual ele fazia uma ampla pesquisa com todas as igrejas do Distrito Federal. Naquele livro, ficou constatado, Deputado Chico Vigilante e demais Deputados, que as igrejas evangélicas, juntas, distribuíam mensalmente 60 mil cestas básicas. Vejam o custo disso. Se essas igrejas fossem omissas e dissessem que esse era um papel do Estado, o que aconteceria com essas 60 mil famílias que eram alimentadas? Hoje falamos em segurança alimentar, e as igrejas evangélicas já realizavam isso. Não era só um discurso, mas uma prática.

As igrejas atuam, muitas vezes envolvendo recursos para além de sua capacidade, na recuperação de dependentes de drogas e na recuperação de pessoas com necessidades diversas. E, muitas vezes, outros segmentos sofrem também a própria oposição do Estado. Tínhamos um trabalho com crianças, e a mesma Vara da Infância, que enviava as crianças, já estava se preparando para fechar o local, porque ele não tinha adequação, que o Estado não consegue dar também. Tivemos de encerrar prematuramente. Atendemos simplesmente a solicitação da Vara da Infância. E assim temos visto acontecer em várias outras questões.

Parece-me que o Estado não considera... Nós falamos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, falamos do equilíbrio e do respeito entre os poderes, mas não reconhecemos que há um poder espiritual e que as autoridades religiosas, na verdade, são autoridades constituídas por Deus e deveriam ser respeitadas também. Muitas vezes, somos tratados com descaso, somos tratados como marginais, somos tratados à revelia da Lei.

A palavra do Major Andrade se destaca e foi citada várias vezes. Eu quero dizer, Major, que, no coração de nenhum líder sensato, pode estar querer descumprir os laudos técnicos, principalmente do Corpo de Bombeiros. Não pode. É ilógico. Aliás, temos muitos evangélicos que são bombeiros, porque essa, talvez, seja uma das profissões que mais se assemelha... Salvar vidas. É esta a nossa missão da igreja do povo de Deus: salvar vidas. Então, não podemos querer salvar só o espiritual e se despreocupar do físico.

Penso que até a discussão de alvará é equivocada, porque alvará é uma linguagem comercial e a igreja não pode ser tratada dentro da linguagem comercial.

Nós deveríamos ter outra linguagem, outro termo que não permitisse essa confusão, em que os laudos técnicos — e esses precisam ser respeitados — fossem observados, fossem exigidos.

Às vezes, por exemplo, o governo assiste a uma comunidade se implantar num lugar irregular. Ele sabe que é irregular, mas, depois, ele tem que chegar com a luz, com a água, mesmo sabendo que a ocupação foi irregular. Nós sabemos como foi na Cidade Estrutural. Se as igrejas, as instituições religiosas também se instalaram em lugares que não tinham infraestrutura, como a questão do hidrante, é papel do Estado cobrir a sua própria omissão e não pesar sobre as igrejas a responsabilidade dessa questão.

Quando nós falamos em alvará, que é uma linguagem comercial, automaticamente também já vem a questão, que é a mistura de assuntos, de que o alvará de construção não é concedido, e nós começamos a girar em círculos. Gostei da ilustração de alguém que falou sobre a canoa que precisava ter os dois remos. É o que está acontecendo no Distrito Federal. Nós estamos dando voltas, mas o povo evangélico e os religiosos de modo geral precisam parar de ser desrespeitados. Nós não podemos mais ver isso. E, se há vontade política, é muito fácil. Eu ouvi os Deputados, prestei atenção nas legendas de cada um deles, e parece-me que há uma unanimidade, mesmo daqueles que não puderam falar. Se todos querem, não existem mais óbices. Nós precisamos, simplesmente, adequar, achar a linguagem correta, trazer a legalidade, a constitucionalidade, porque o alvará é de aspecto legal, mas a liberdade de culto é de aspecto constitucional e não pode ser sobreposta.

Então, o nosso registro, a nossa palavra, nobre Deputado, demais Deputados e Deputadas presentes, demais lideranças do Estado, nas suas diversas composições, é nos unirmos nessa voz de que o povo evangélico quer cumprir o seu papel de proclamar a Deus e, enquanto proclamar louvores a Deus, de cumprir o seu papel social também. Eu até entendo que o Estado quer cumprir o seu papel, mas ele é ineficiente, porque o Estado constrói a escola, mas não pode dar uma boa aula, ele precisa que o professor tenha um sentimento de humanidade para ser um bom professor. Não é só salário, a pessoa tem que ter valores, e valores são construídos por meio de aspectos morais, religiosos, cívicos. Nós queremos que as igrejas sejam respeitadas para cumprirem bem, porque elas cumprem bem. Elas cumprem de maneira magistral. Elas vão além. Elas têm recuperado aqueles que são dependentes químicos, dependentes do álcool, dependentes das drogas. Elas têm recuperado pessoas que estão, hoje, à margem da sociedade.

Em São Paulo, permitam-me dizer, existe um local conhecido como Cracolândia, onde, hoje, há um trabalho montado pelas igrejas batistas, apoiado por todo o Brasil, chamado de Cristolândia, pelo qual mais de 60 pessoas já foram resgatadas. Não é simplesmente pregar o Evangelho. Elas são levadas a uma casa de recuperação e têm sido recuperadas. A demanda financeira disso é muito grande,

mas, se o Estado puder, muitas vezes, prejudicar, ele não olha para a benfeitoria que está sendo feita.

Nós estamos em vias de implantar, em 2012, também, um trabalho semelhante ao da Cristolândia, no Distrito Federal. Quem sabe, se não tivéssemos tantos impedimentos causados pelo Estado, não estaríamos hoje sequer precisando falar de Cristolândia, como uma oposição à Cracolândia, porque as igrejas, com certeza, crescendo e se multiplicando, naturalmente já livram vidas, já livram pessoas da escravidão do *crack*, das drogas, e mais, de serem pessoas sem uma razão para existir, para conviver em sociedade. Se não tivermos o temor a Deus, não existe lei que faça o ser humano ser uma pessoa melhor. A palavra de Deus, concluo, tem, em toda a sua preocupação, um livro inteiro dedicado às leis. Aliás, são dois. E nós temos o Livro de Juízes. Temos toda uma preocupação de que Deus, com certeza, que criou inclusive as leis da natureza, não quer ninguém caindo ou caminhando à margem da lei. E as igrejas, que são cumpridoras da palavra de Deus, também não querem ficar à margem da lei. Então, pedimos, apelamos. Não queremos que isto aqui seja mais uma catarse emocional, não queremos que isto aqui seja mais um discurso. Peço a coragem desta Legislatura de serem vocês aqueles que vão tirar a Igreja Evangélica e as demais instituições religiosas desse Egito, dessa escravidão que ao povo de Deus tem sido imposta.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso amigo, Pastor Marcelo Lomba.

Estamos quase completando o *quorum*. Inclusive, parece-me que o Deputado Patrício, nosso Presidente, já está chegando.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco, que está aqui desde o primeiro minuto.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Eu gostaria de saudar a todos na pessoa do Presidente desta reunião, Deputado Chico Vigilante.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. já foi Deputado Federal e Deputado Distrital e tem um grande trabalho com o povo do Distrito Federal, e o dia 28 de abril vai entrar na sua história política como um dos dias mais importantes como gestor público. Hoje, V.Exa. conseguiu a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, do fim do monopólio dos combustíveis. Agora poderão abrir postos em qualquer lugar. Porém, mais importante do que isso é a realização desta comissão geral de hoje à tarde. Muitos já se foram, mas essa galeria esteve lotada. Esta é, de fato, uma das sessões mais importantes das que já participei neste Parlamento. Primeiro porque eu nunca vi na minha vida, Deputado Wellington Luiz — eu que chegarei, no próximo dia 1º de junho, aos meus 43 anos —, uma igreja, seja católica, seja evangélica, pregar o mal. Só vejo as igrejas pregarem o bem. Só vejo as igrejas pregarem a harmonia, a oportunidade.

Esta comissão geral é muito importante e traz, de fato, uma questão muito séria, a questão dos alvarás, que não é apenas das igrejas, dos templos. Hoje esta é uma questão de todo o Distrito Federal e o Parlamento tem de enfrentar essas questões. De um lado está a Agefis, colocada como o grande monstro de uma história; de outro lado, os penalizados, que são as pessoas que não adquiriram o seu alvará. E aí entramos nessa guerra de nervos: de um lado criticamos o trabalhador, que é a Agefis, e de outro entramos com a omissão de ainda não fazer uma lei que resolva todas essas dificuldades.

Quero aqui fazer um encaminhamento. O Governo trabalha muito com o social. Às vezes doa cestas básicas, às vezes doa recursos financeiros. Sempre, todos os governos que aqui passaram na história do Distrito Federal — todos eles — tiveram, sim, uma bandeira social. Eu quero fazer um encaminhamento a V.Exa. para, agora, transferirmos a bandeira social que o Governo faz para as entidades representativas. E aí poderíamos usar todas as igrejas do Distrito Federal, porque é justo. Quando o cidadão está com fome, às vezes ele vai bater na porta do padre, na Igreja Católica, dizendo que precisa de uma cesta básica. Às vezes, quando está desesperado, ele vai atrás de um pastor, acreditando que ali é a saída dele. E lá ele recebe uma cesta básica, recebe um conforto.

O Governo poderia muito bem usar essas entidades que têm serviços prestados, que têm reconhecimento, que têm vontade de trabalhar. Nós poderíamos usar isso, uma maneira muito importante para o Governo, porque saberíamos que os recursos aplicados nessas entidades, de fato, chegariam ao povo.

Aqui no Brasil somos muito injustos com essas pessoas que fazem esses trabalhos. Nos Estados Unidos ou na Europa, quando se fala que alguém é pastor, este pastor é recebido como uma autoridade, recebido como um mestre. Aqui no Brasil não há esse entendimento porque nós ainda não reconhecemos o serviço prestado por essas entidades à classe menos favorecida.

Então, eu deixo aqui o meu encaminhamento. Solicito que encaminhemos ao Governo, ao Governo do Distrito Federal, em nome do Governador Agnelo. Sugiro que chamemos a Secretaria, a Sedest, para que possamos fazer um trabalho diretamente com as entidades representativas. Neste caso aqui eu estou falando da Igreja Católica, da Igreja Evangélica, das pessoas que, de fato, prestam serviço social. Então, esse era o meu encaminhamento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Olair Francisco. Há visível falta de *quorum*. Nós vamos ouvir o Deputado Aylton Gomes e, em seguida, o Pastor José Soares.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Boa-noite a todos. Antes de mais nada, agradeço a Deus esta oportunidade e parabenizo o nobre Deputado Chico Vigilante por esta iniciativa. A Mesa está bem formada. Eu acredito que o Deputado Olair

Francisco está com toda a razão. Há muito não vemos nesta Casa, a Casa do povo, uma Mesa com estas autoridades constituídas, com pessoas que têm moral para conduzir a fé do povo. Para mim é uma satisfação muito grande. Eu falo isso com muita tranquilidade, pois, católico que sou, há mais de 20 anos sou catequista, sei o quanto um padre, um pároco, um pastor têm dificuldades no seu dia a dia para construir seus templos, arrebanhar as pessoas e salvar as vidas, salvar as almas das pessoas.

Eu sou um bombeiro, estou Parlamentar, e fico feliz quando vejo na Mesa um bombeiro que tanto me ensinou o que é a caridade, o que é a ajuda ao próximo, e isso meus pais já tinham me ensinado, a igreja já tinha me conduzido a esse caminho. A corporação colaborou ao me ensinar que ninguém é só. Um bombeiro nunca é visto trabalhando sozinho, ele tem sempre um parceiro ali do lado. Isso nos impulsiona a viver em grupo. A igreja nos proporciona isto: viver em sociedade, viver em grupo.

Então, o Estado não tem mais como, conforme disse o Deputado Evandro Garla, e eu quero parabenizá-lo, deixar isso no campo da discussão, deixar isso no campo da falácia. Essa questão existe há muito tempo e eu sei que há vontade. Quantos não chegaram com vontade de resolvê-la? Às vezes, é muita vontade e, quando se vai para o campo da juridicidade, a coisa trava, enrola, e não se entende o porquê. Eu virei administrador e falei: "Agora acabou. Eu sou administrador de uma cidade de 230 mil habitantes, de 150 anos. Agora, vou resolver os problemas desta cidade". Engano! Aí é que começaram os meus problemas. Quando era só paroquiano e nos finais de semana fazíamos mutirões com doações, pequenas que fossem, com os dízimos, com o dinheiro arrecadado das coletas da igreja, construíamos uma sala de catequese, levantávamos um telhado. Mas, na condição de administrador, tivemos de fechar a igreja. A Agefis veio e falou: "Vocês estão errados. Não tem mais como".

Eu fiquei impotente naquela circunstância. Era administrador da cidade, mas com as salas que deveriam abrigar crianças nos finais de semana, acolher o trabalho de evangelizador, fechadas. O padre, todo final de semana, olhava para aquelas salas fechadas, e eu ficava lá no meu cantinho assistindo minha missa quietinho, calado. Se alguém falasse alguma coisa, eu tinha que sair de fininho, pois como administrador, como deputado, não tive a competência para resolver aquela questão. Era uma questão grande, de Estado, era uma questão maior do que eu podia imaginar.

Então, esta Casa não pode trabalhar sozinha. Eu sou o seu soldado, Deputado Chico Vigilante, nesta questão. Eu quero me colocar à disposição de V.Exa., que teve esta iniciativa brilhante, que fez esta busca, trouxe estas pessoas para um debate. Que este debate possa se concretizar e sair destas paredes, ir para o campo da realização, pois os pastores, os padres, as pessoas dos centros espíritas,

enfim, todos aqueles que congregam, que buscam a paz, que querem a unidade, não aguentam mais ser perseguidos.

Eu tento entender, tento olhar também para o profissional da Agefis. Por mais que não se queira, há que se entender o lado, ouvindo o cidadão, o profissional da Agefis, porque, às vezes, o profissional é obrigado a fazer algo que não quer. Mas a nossa compreensão é pouca, às vezes nos chateamos mesmo. Como membro do Estado, ficamos bravos, não entendemos isso. O ser humano está se digladiando, está brigando por questões que são fáceis de resolver. Às vezes colocamos uns contra os outros. Muitas vezes os próprios órgãos do Governo, por uma vaidade, não sei, dizem: "Só posso ir até aqui, só posso ir até ali, isso não é da minha competência, isso não me cabe, isso vem...".

Eu acho que chegou a hora. Se há mais de uma pessoa com disposição de levantar a bandeira, com disposição de levantar o cajado, de se debruçar sobre isso... Eu acredito que é um compromisso de governo. Não tenho dúvida de que todos os 24 Deputados desta Casa têm a disposição de votar qualquer lei sobre esse assunto que chegue a esta Casa. Se os Parlamentares forem convidados, se forem chamados para um debate, para uma conversa com a equipe técnica, não tenho dúvida de que todos estarão engajados, pois realmente conhecem os anseios e as necessidades do povo. O que não dá mais é para Brasília ficar na condição em que está, observando o passado, sabendo onde estão os erros.

A democracia cresce com a dificuldade, Deputado Chico Vigilante. Todas as vezes em que há dificuldade, nós vemos onde está o problema; todas as vezes em que a igreja tem uma crise, ela cresce num ponto; todas as vezes em que enfrentamos um problema, nós amadurecemos uma questão, revemos o passado. E essa consciência do reposicionamento, da penitência, da revisão de um ato, da revisão de uma atitude a igreja nos dá, consciência esta fundamental para trabalharmos em comunhão. O único sentido é falar: "É possível reverter alguma coisa. Vou me reposicionar".

Então, por termos olhado para trás e analisado onde o Estado errou, onde não deu certo, acredito que hoje estamos amadurecidos, vivendo numa Brasília de 51 anos, que está se fortalecendo para realmente ampliar isso. Espero que os padres, os pastores, os representantes das igrejas não passem mais por apuros, como os apuros por que passou o padre que queria construir uma casa paroquial, que queria construir salas de aulas para catequese, como os apuros por que passaram os pastores que queriam construir seus templos para, a cada dia, arrebanhar pessoas.

É doído vermos jovens abandonados, sem rumo, sem destino. E eu digo aos senhores que Brasília tem um índice muito grande de jovens e crianças abandonados, e com este título muito ruim – crianças de rua. Socialmente estamos absorvendo isso como se fosse um fato social normal. Dizem: "Ah, esse é um menino

de rua". Que menino de rua! Menino nunca foi de rua! O menino nasceu de um ventre, nasceu de um lar, foi abandonado, e nós aceitamos essa situação com normalidade. Não existe esse título, não devemos aceitar esse título de menino de rua. Ele não é de rua! Ele nasceu de um ventre materno, ele nasceu de uma relação. A sociedade, e eu me insiro nela, muitas vezes assiste a isso de cadeira. Muitas vezes deixamos de ser bons samaritanos, de parar para dar um afago. Não podemos deixar o compromisso prevalecer nas questões sociais.

Eu acho que este é o momento certo de ouvirmos as autoridades divinas que nos orientam, que nos acalentam, que tiram as dores dos nossos corações no dia a dia, principalmente nesta vida turbulenta de Parlamentar. Nós sabemos que isso aqui, a cada dia, é um confronto, a cada dia há uma ideologia diferente, e nos desgastamos. Se não tivermos uma válvula de escape, se não tivermos um tempo, se não tivermos alguém que nos oriente, que nos encaminhe, passamos por dificuldades.

Portanto, estou à disposição. Quero dizer a todos que contem comigo para que essa lei possa realmente sair do papel. Este bombeiro estará sempre à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Aylton Gomes, pela participação de V.Exa.

O *quorum* já está praticamente completo, mas não podemos perder a oportunidade de ouvir o Deputado Cláudio Abrantes, que é um militante das causas sociais e religiosas. Em seguida, procederemos ao encerramento. Sem querer interromper a fala de V.Exa., solicito que seja o mais sucinto possível.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, eu quero saudar a Mesa e a todas as autoridades civis e eclesiásticas presentes. Em especial, quero saudar uma pessoa que tenho em mais alto grau de consideração. Dizem que em política não costumamos fazer muitos amigos. Sou neófito na política e estou averiguando isso. Mas eu já descobri que fiz amigos na política, e um deles, que está aqui sentado, é o nosso querido amigo Bispo Renato. Foi uma convivência muito saudável. Fico feliz, porque até hoje mantemos laços de amizade. Fico feliz também em revê-lo nesta Casa. Tenho certeza de que o seu desempenho à frente da Secretaria do Entorno, no Governador Agnelo Queiroz, tem sido muito importante.

Não vou me alongar, Deputado Chico Vigilante, porque sabemos da importância da votação que haverá logo em seguida, na sessão extraordinária. Creio que os oradores que me antecederam aqui já abordaram muito bem o tema. Quero apenas parabenizá-lo pela iniciativa. Acho que isso é muito importante Já foi salientado aqui o valor e o papel das igrejas no contexto social do Distrito Federal, hoje, principalmente nas cidades mais carentes. Muitos papéis que o Estado deveria cumprir são cumpridos pelas igrejas. Há igrejas que trabalham desde a questão social até a questão alimentar mesmo. As igrejas já fazem, há anos muitos,

programas que diversos governos realizam, até do ponto de vista da própria cidadania. Quantas ações sociais vemos em diversas igrejas, nos mais diversos credos? Ou seja, nos dias de hoje, as igrejas têm sua função espiritual e têm também consciência da sua importância nesse contexto social do nosso Distrito Federal.

Sabemos da dificuldade do tema. Ouvi V.Exa. falar e me recordei daquela audiência pública que fizemos sobre alvará também, capitaneada pelo Deputado Chico Vigilante. Sabemos da urgência de uma resposta para essas questões. E, aí, V.Exa. falou – eu estava lá no meu gabinete, ouvindo – sobre São Paulo, que já aboliu essa questão do habite-se e trabalha somente com laudo técnico.

Então, temos a oportunidade, esta Casa, mediante ações como a do Deputado Chico Vigilante, com o apoio de todos os Deputados que passaram aqui, de ter ações concretas para solucionar essa questão do funcionamento de diversos segmentos da sociedade, em especial dos templos religiosos.

Tive a oportunidade, quando estive aqui como suplente, em 2009, de ajudar na elaboração do projeto que regularizava a ocupação em terrenos de templos religiosos. Foi um avanço. Mas isso não é suficiente, até porque, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. sabe que boa parte do Distrito Federal está sediada em loteamentos e condomínios sem regularização. Ficamos felizes quando vemos o Governo disposto a regularizar todos os condomínios e loteamentos e, por conseguinte, chegar até os templos religiosos que lá estão instalados. Ouvi o nosso companheiro da Agefis falar sobre o peso, que acredito ser doloroso, de ter que agir na forma da lei, por indicação do Ministério Público, mesmo sabendo que, muitas vezes, um templo ou uma entidade religiosa realiza um trabalho social fabuloso.

Então, coloco-me à disposição. Há um tremendo equívoco por parte do Ministério Público. Todos sabem da militância que temos na área cultural, e hoje, infelizmente, existe um segmento do Ministério Público que não enxerga o valor cultural das nossas tradições religiosas. Grandes artistas surgiram dentro dos templos religiosos.

A igreja trabalha a alma e o nosso corpo. A alma é trabalhada pelos ensinamentos, pelas orações, pela arte e pela música. Hoje, nos Estados Unidos, grandes nomes da música têm origem nos corais do segmento Gospel. Isso é extremamente forte. Tanto, que há um prêmio específico para isso. E hoje, aqui, ainda temos dificuldade.

As grandes óperas, os grandes mestres da musica erudita, muitos deles estavam dentro das igrejas. Então, a questão religiosa deve, sim, em minha opinião, ser considerada também, Deputado Chico Vigilante, sob esse prisma.

Johann Sebastian Bach, um grande ícone da música mundial de todos os tempos, dizia que a música tem duas finalidades: edificar o homem ou louvar a Deus.

Vemos também, nessas igrejas, esse intuito. Tanto o de edificar o homem, como o de elevar o nome de Deus. Nesse prisma, temos de ter uma atenção especial e lutar para que essas entidades religiosas, que prestam realmente um trabalho digno à sociedade, tenham a possibilidade de funcionar e continuar nesse caminho.

Agradeço a V.Exa. a paciência. E a todos boa-noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Claudio Abrantes.

Peço desculpas ao representante da Convenção Batista Nacional, Pastor José Soares; ao representante da Convenção da Igreja Assembleia de Deus, Joel Macedo, que também estava inscrito para falar; ao Administrador do Cruzeiro, Sr. Salin Sidharta, que também estava inscrito para falar; ao Vice-Presidente do Fórum Evangélico da Ação Social e Política, Sr. Rodrigo Delmasso; à Pastora da Igreja de Cristo, Christian de Souza.

Deputado Claudio Abrantes e demais Deputados, Deputado Aylton Gomes, Deputado Agaciel Maia, Deputada Celina Leão, Deputado Evandro Garla, quero dizer que não podemos ficar somente neste debate. Vamos consolidar tudo o que foi dito aqui. A minha proposta é que constituamos um grupo de trabalho. Vamos procurar o Executivo, na pessoa do Governador Agnelo Queiroz. Vimos aqui, na fala do representante da Agefis, a preocupação que eles têm, para que o Governo do Distrito Federal, Bispo Renato, constitua – e tem que ser de imediato... Primeiro, é preciso separar a questão do funcionamento das igrejas, que é uma questão especial. Não pode ser dado o mesmo tratamento que é dado para o funcionamento de um boteco. Portanto, espero que possamos encontrar uma solução imediata para essa situação de vocês.

É um compromisso nosso, de todos os Deputados, depois de consolidado tudo o que foi falado aqui, marcar uma reunião com o Governador Agnelo Queiroz, para a qual vocês serão chamados a comparecer. Nós não iremos sozinhos. Os senhores e as senhoras, que são os legítimos representantes das igrejas, participarão desta reunião. Espero que possamos, por meio deste entendimento, Deputado Evandro Garla, encontrar, definitivamente, uma solução para esse problema.

Não vamos esperar ouvir, nas próximas eleições, as pessoas, em suas campanhas, falarem as mesmas coisas que sempre falaram: "Nós vamos regularizar a situação das igrejas." E não regulariam nunca.

Queremos resolver definitivamente isso, para que vocês sejam senhores da sua vontade e do seu destino. Vão votar em quem quiser e em quem tiver a melhor proposta e não porque alguém diz que vai regularizar as igrejas!

É isso o que vamos fazer. (Palmas.)

Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades, do Governo e dos eclesiásticos, bem como da comunidade aqui representada por suas lideranças, que contribuíram, de modo relevante, para o sucesso deste evento.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, pois acreditamos que cumprimos com o nosso objetivo, que foi o de levantar esse problema, que é grave e precisa de uma solução.

Esta encerrada a nossa comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 19h49min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 108 – Suplemento, de 10/6/2011.